



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**RIO DE JANEIRO
MARÇO/2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 108/2010 e 117/2011 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**RIO DE JANEIRO
MARÇO/2012**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria-Geral da União
COGER/DPF – Corregedoria Geral (Sede/Brasília)
CTI/DPF – Coordenação de Tecnologia da Informação (Sede/Brasília)
DEAIN – Delegacia de Polícia Federal no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro
DLOG – Diretoria de Logística e Administração Policial
DN – Decisão Normativa
DPF – Departamento de Polícia Federal
DPF/ARS – Delegacia de Polícia Federal em Angra dos Reis/RJ
DPF/GOY – Delegacia de Polícia Federal em Campos dos Goytacazes/RJ
DPF/MCE – Delegacia de Polícia Federal em Macaé/RJ
DPF/NIT – Delegacia de Polícia Federal em Niterói/RJ
DPF/NIG – Delegacia de Polícia Federal em Nova Iguaçu/RJ
DPF/VQR – Delegacia de Polícia Federal em Volta Redonda/RJ
ICAO - Organização da Aviação Civil Internacional – OACI (ou, em inglês, International Civil Aviation Organization - ICAO)
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
n/a – não aplicável
n/d – não disponível
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PIB – Produto Interno Bruto
Port. – Portaria
PPA – Plano Plurianual
RG – Relatório de Gestão
RJ – Rio de Janeiro
SELOG – Setor de Logística e Administração Policial
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SR – Superintendência Regional
SRH – Setor de Recursos Humanos
SR/DPF/RJ – Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

SUMÁRIO

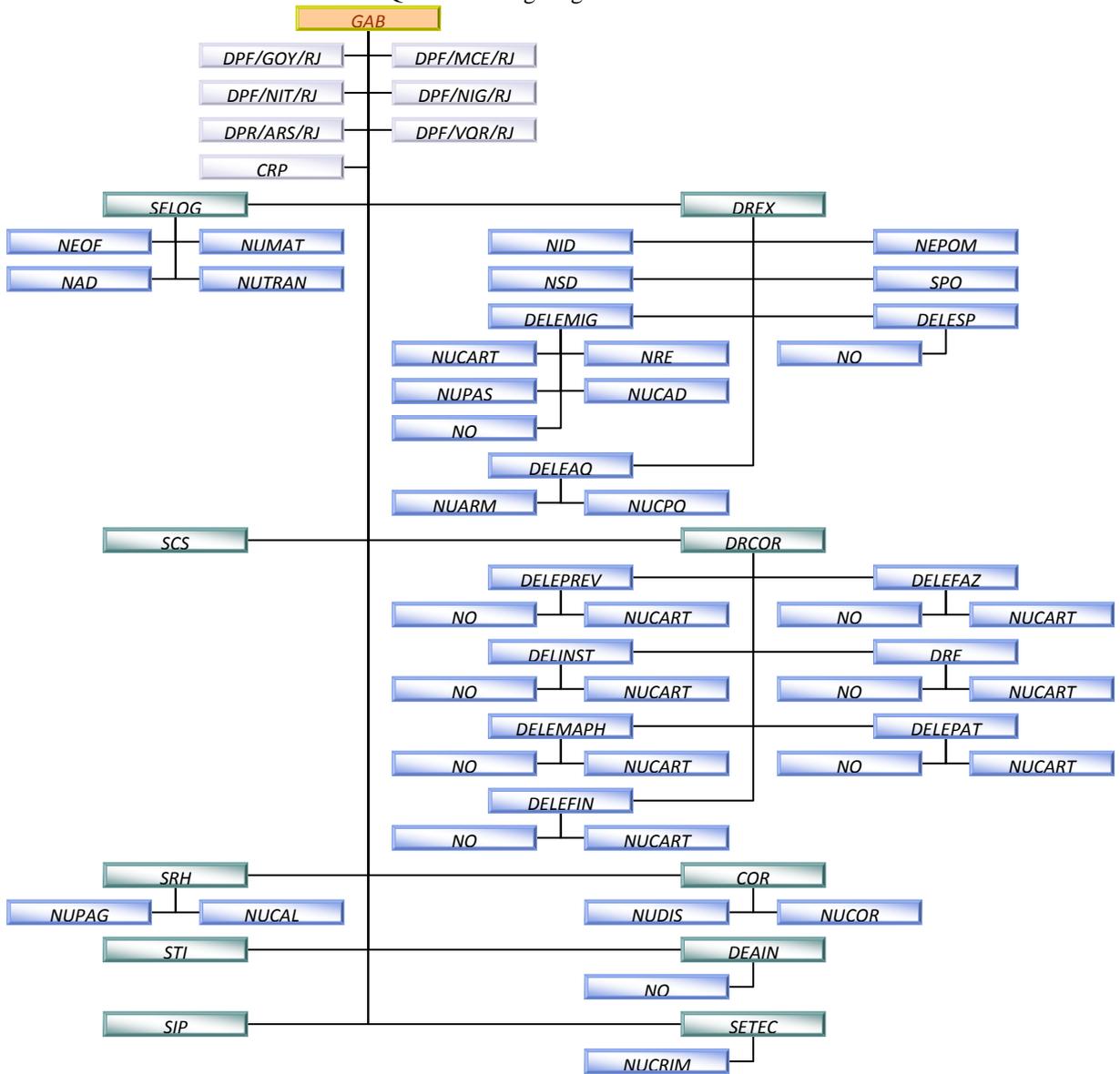
Organograma Funcional Quadro I	6
INTRODUÇÃO	8
Quadro II- Comprativo das cotas orçamentárias dos tres últimos exercícios	10
A- Conteúdo Geral	11
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	11
Quadro III - Identificação das UJ no R. G. Individual	11
2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira	11
2.1 - Responsabilidades institucionais	11
2.1.1 - Competência institucional	11
2.1.2 - Objetivos estratégicos	12
2.2 - Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.	14
2.2.1 - Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.	14
2.2.2 - Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão:	14
2.3 - Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	16
2.3.1 - Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	16
2.3.1.1 - Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	16
Quadro IV - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - 0089	16
2.3.1.3 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade	17
Quadro V - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - 0662	17
Quadro VI - Relação entre IPL´s relatados e Instaurados	18
Quadro VII – Documentos de viagem emitidos	18
Quadro VIII - Retiradas compulsórias	19
Quadro IX - Controle de estrangeiros	19
Quadro X - Apreensão de drogas nos últimos 04 (quatro) anos	19
Quadro XI - Bens apreendidos no exercício de 2011	20
Quadro XII - Indiciados pela Delegacia de Repressão à Drogas em 2011	20
Quadro XIII – Arrecadação/Fiscalização de produtos químicos	20
Quadro XIV – Ações de capacitação	22
2.3.1.4 – Programa 0750 – Apoio Administrativo	23
Quadro XV - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - 0750	23
2.3.1.5 – Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal	25
Quadro XVI - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - 1353	25
2.3.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ	26
Quadro XVII - Execução Física das Ações realizadas pela UJ	26
2.3.3 - Informação das atividades de investimento e sua execução	26
2.4 - Desempenho Orçamentário/Financeiro	27
2.4.1 - Programação orçamentária da despesa	27
Quadro XVIII - Identificação das Unidades Orçamentárias	27
2.4.2 - Execução Orçamentária da Despesa.	27
Quadro XIX - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação - UG 200356	28
Quadro XX - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação - UG 200357	28
Quadro XXI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - UG 200356	29
Quadro XXII - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - UG 200357	30
Quadro XXIII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - UG 200356	30

Quadro XXIV - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - UG 200357	31
2.4.3 - Indicadores Institucionais	32
Quadro XXV – Relação entre IPL’s Instaurados e Relatados	33
Quadro XXVI - Inquéritos Instaurados, relatados e em andamento nas unidades do Rio de Janeiro, de Janeiro à Dezembro de 2011	34
Quadro XXVII - Inquéritos anteriores à 31/12/2005 e em andamento – comparativo entre 2010 e 2011	34
Quadro XXVIII – Laudos emitidos de dezembro de 2008 a novembro de 2011 - Mensal	35
2.4.4 - Indicadores de Arrecadação	32
3. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	35
3.2 - Análise Crítica	36
4. - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	36
4.1 - Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	36
Quadro XXIX – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	36
4.2 - Análise Crítica	36
Dos Restos a Pagar processados em 31/12/2011 existe o saldo de R\$ 35.239,21 na UG 200357, referente ao Contrato nº 27/2008, conforme nota explicativa	36
5. Recursos Humanos	37
5.1 - Composição do Quadro de Servidores Ativos	37
Quadro XXX - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2011	37
Quadro XXXI – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011	37
Quadro XXXII – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro de 2011)	38
Quadro XXXIII – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Sit. em 31/12/2011	38
Quadro XXXIV – Quantidade de servidores da UJ por escolaridade - Sit. em 31/12/2011	38
5.2 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	39
Quadro XXXV - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro de 2011	39
Quadro XXXVI - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2011	39
5.3 - Composição do Quadro de Estagiários	40
Quadro XXXVII - Composição do Quadro de Estagiários	40
5.4 - Quadro de custos de Recursos Humanos	40
Quadro XXXVIII - Quadro de custos de recursos humanos exercícios de 2009, 2010 e 2011	42
5.5 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	41
Quadro XXXIX - Contratos prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	42
Quadro XL - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	43
5.6 - Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	45
6. - Transferências	45
ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	45
Quadro XLI – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	45
ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	46
QUADRO XLII– DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	46
9. Sistema de Controle Interno	47
Quadro XLIII - Estrutura de controles internos da UJ	47
10. Sustentabilidade Ambiental	49
10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	49
Quadro XLIV - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	49
11. Gestão do Patrimônio Imobiliário	50
11.1 - Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	50

Quadro XLV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	50
Quadro XLVI - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	51
Quadro XLVII - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	51
11.2 - Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade	51
12. Gestão de Tecnologia da Informação	53
12.1 - Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	53
Quadro XLVIII - Gestão de TI da UJ	53
ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	57
13.1 - Despesas com Cartão de Crédito Corporativo	57
QUADRO XLIX – DESPESAS PAGAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR SUPRIDO (DESPESAS DE PEQUENO VULTO)	58
QUADRO L – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR (REGIME ESPECIAL DE EXECUÇÃO)	58
QUADRO LI – DESPESAS DE PEQUENO VULTO COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO – (SÉRIE HISTÓRICA)	58
ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	59
14.1 - Não se aplica a UJ	59
15. Deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno	59
15.1 - Deliberações do TCU atendidas no exercício	59
Não ocorreram deliberações do TCU a serem atendidas no exercício de 2010.	59
15.2 - Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	59
Não ocorreram deliberações do TCU.	59
15.3 - Recomendações do OCI atendidas no exercício	59
Não ocorreram deliberações do OCI	59
15.4 - Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	59
Não houve recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final de 2010.	59
CONCLUSÃO	59
Relação de ANEXOS	60
1. Declaração do Contador responsável com Ressalva	61
2. Tabela de arrecadação do FUNAPOL - por unidade gestora em 2011	62

Organograma Funcional - Portaria nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011

Quadro I – Organograma Funcional



As competências e atribuições a seguir discriminadas constam do Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, aprovado pelo Ministro de Estado da Justiça através da Portaria MJ nº Portaria nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011, publicada no DOU nº 01, Seção 1, de 02 de janeiro de 2012:

“Art. 20. Às Superintendências Regionais, na sua área de atuação, compete:

- I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal;*
- II - administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais;*
- III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição da Polícia Federal, a fim de subsidiar o planejamento operacional das unidades centrais;*
- IV - executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição da Polícia Federal;*
- V - apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;*
- VI - promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e*
- VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob guarda da Superintendência.*

Art. 21. Os Conselhos Regionais de Polícia, presididos pelos respectivos Superintendentes Regionais, são entidades consultivas destinadas a orientar as atividades policiais e administrativas em geral, no âmbito de cada Superintendência Regional, e a opinar nos assuntos de relevância institucional, tendo como membros o Delegado Regional Executivo, o Delegado Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado, o Corregedor Regional, o Chefe da Unidade de Inteligência Policial, o Chefe do Setor Técnico-Científico, o Chefe do Setor de Recursos Humanos, o Chefe do Setor de Administração e Logística Policial e até 3 (três) Chefes de Delegacias Descentralizadas.

Art. 24. Às Delegacias, Setores, Núcleos e CIAPA, compete:

- I - planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação;*
- II - executar operações policiais específicas e aquelas integradas com outras unidades ou junto a outros órgãos governamentais, quando for o caso;*
- III - cumprir e fiscalizar o cumprimento das normas e diretrizes específicas emanadas das unidades centrais na execução das atividades correspondentes a sua área de atuação, dispondo da legislação, jurisprudência e outras informações correlatas; e*
- IV - dispor de dados acerca do desempenho de suas ações específicas e consolidar relatórios de tais atividades, a fim de subsidiar os níveis hierárquicos superiores.”*

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro no exercício de 2011, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, das Decisões Normativas TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010 e 117 de 19 de outubro de 2011 e da Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 108/2010, observadas as orientações constantes da Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, ou seja:

Informações de identificação da unidade jurisdicionada;

Planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade;

Movimentação e saldos de restos a pagar;

Recursos humanos da unidade;

Funcionamento do sistema de controle interno da UJ;

Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Gestão do patrimônio imobiliário da UJ classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros;

Gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ;

Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em relatórios de auditoria do órgão de controle interno que fiscaliza a UJ.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

Os quadros referentes à programação orçamentária originária das despesas, previstos na Portaria TCU nº 123/2011, são realizados apenas pela Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF e não foram incluídos no presente Relatório. A SR/DPF/RJ opera apenas na execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação. O quadro II.C.2, assim como os demais quadros previstos na parte C do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 108/2010, constarão no Relatório de Gestão do órgão central ao qual esta Unidade se vincula, posto que os dados sobre previsão física e financeira inicial dos Programas e Ações, percentagem de execução, comentários gerais e demais informações são preenchidas pelo gerente de cada Programa, conforme informações obtidas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN). As informações e quadros (A.5.9, A.5.10 e A.5.11) sobre terceirização de cargos no Departamento de Polícia Federal também serão respondidos de forma centralizada a partir das informações prestadas pela Diretoria de Gestão de Pessoal.

Os itens 3, 14 e 16 da Parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 38 da parte C e a Parte D do Anexo II da DN TCU nº 108/2010 não se aplicam à natureza jurídica desta Superintendência Regional. Convém salientar que a SR/DPF/RJ não realiza transferência de recursos mediante convênio, termos de cooperação, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres, posto que tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal. Não houve recomendações da Controladoria-Geral da União para esta Unidade Jurisdicionada que tenham permanecido pendentes de atendimento no exercício de 2011.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro está estruturada em dezoito (18) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, por sete (06) Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas, assim localizadas: Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Macaé, Niterói, Nova Iguaçu e Volta Redonda, além da Delegacia

Especial no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão e do Núcleo de Polícia Marítima – NEPOM, subordinado à Delegacia Regional Executiva.

Compõe a estrutura da Superintendência Regional, na sede, dez (10) Delegacias Especializadas (Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos, subordinadas a Delegacia Regional Executiva e Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Repressão a Drogas, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia Repressão a Crimes Contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas, Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos, subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado), Corregedoria Regional de Polícia Federal, além de sete (7) Setores (Setor de Planejamento Operacional, Setor de Comunicação Social, Setor de Tecnologia da Informação, Setor de Inteligência Policial, Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial).

Além das unidades descritas acima, está subordinado à Superintendência Regional da PF no Rio de Janeiro o Posto Temporário em Petrópolis, conforme dispõe a Portaria nº 49/2008-DG/DPF, de 13/02/2008, publicada no BS nº 30, de 14/02/2008

Segundo estimativa do IBGE, que pode ser verificada no sítio <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rj&tema=estimativa2011>, a população do estado do Rio de Janeiro registrou aumento de 119.095 (cento e dezenove mil e noventa e cinco) habitantes, saltando de 15.993.583 para 16.112.678 habitantes, continuando o estado a ocupar a segunda maior economia do Brasil.

Neste contexto, destacamos que a Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro responde pela segunda maior arrecadação do órgão, ou seja, 14,05% (quatorze vírgula zero cinco por cento), com um montante de R\$63.581.727,63 (sessenta e três milhões, quinhentos e oitenta e um mil, setecentos e vinte e sete reais e sessenta e três centavos), conforme dados extraídos do SIAR e disponíveis na intranet da Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF: <http://intranet.dpf.gov.br/cof/servicos/relatorios-de-arrecadacao/Por%20UG%202011.pdf>.

Principais realizações da gestão no exercício:

Como resultado dos trabalhos do Departamento de Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

No exercício de 2011 a Superintendência Regional no Rio de Janeiro deu sequência aos trabalhos desenvolvidos no exercício anterior priorizando o combate ao crime organizado e as atividades relacionadas às áreas de defesa institucional, visando o planejamento e execução da segurança dos grandes eventos realizados nesta Capital no referido período, da qual podemos destacar os Jogos Mundiais Militares e o Sorteio das Chaves para a Copa do Mundo de Futebol 2014, envolvendo grande número de servidores, advindo de todas as unidades do DPF no Território Nacional, e que serviu de piloto para se planejar e equipar a Polícia Federal para os futuros eventos que terão repercussão mundial, tais como a Conferência Mundial para a Preservação do Meio-Ambiente RIO + 20, Jornada Mundial da Juventude-Rio 2013 – com previsão da presença do Papa Bento XVI, Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo de Futebol-FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016.

Ampliou o combate aos crimes de corrupção e desvios de dinheiro público, não deixando de canalizar esforços contínuos no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: o tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho, crime financeiro, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, eleitorais e ambientais, além de dar continuidade no combate à exploração ilegal dos jogos de azar, em conjunto com às demais forças de segurança no Estado.

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 6.740 (seis mil, setecentos e quarenta) Inquéritos Policiais, relatados 9.103 (nove mil, cento e tres e cinco), o que resulta uma produtividade de 135% (cento e trinta e cinco por cento), ficando em aberto (em andamento) 16.247 (dezesesseis mil, duzentos e quarenta e sete) IPL's.

Principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ:

Podemos citar como principais dificuldades da UJ para realização dos objetivos o reduzido efetivo no que tange ao quadro de servidores da atividade meio (servidores do plano especial de cargos), em que pese tenha ocorrido reajuste na cota orçamentária destinada a locação de mão-de-obra, este reajuste foi consumido principalmente com a repactuação dos contratos já existentes.

Cabe observar também que, em razão das especificidades dos serviços prestados pela Polícia Federal, de acordo com sua competência e missão institucional, o serviço prestado por mão-de-obra terceirizada não transmite à sociedade a mesma segurança do serviço executado por servidor efetivo.

Destacamos ainda as limitações orçamentárias impostas pelo do Decreto Presidencial nº 7446/2011 e Mensagem Oficial-Circular nº 07/2011 da Diretoria de Logística Policial da PF, que estabeleceu limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, como podemos observar no quadro comparativo abaixo, cujos impactos repercutiram, sobretudo, nas áreas de atuação institucional.

Quadro II – Comparativo das cotas orçamentárias nos três últimos exercícios

UG	PI	ND	COTAS 2009*	COTAS 2010*	COTAS 2011 *	
200356	702T-09	339014	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	500.000,00	600.000,00	387.534,98
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	2.400.000,00	2.000.000,00	1.800.000,00
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	500.000,00	840.000,00	523.955,17
		339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	600.000,00	580.000,00	580.000,00
		339037	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	6.085.000,00	7.005.000,00	10.000.000,00
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	5.000.000,00	3.800.000,00	3.900.000,00
		Total – Tesouro	15.085.000,00	14.825.000,00	17.720.000,00	

*Valores expressos em Real (R\$)

A- CONTEÚDO GERAL

1. Identificação do Relatório de Gestão Individual

Quadro III - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro			
Denominação abreviada: Polícia Federal no Rio de Janeiro			
Código SIORG: 001139	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200047	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(021) 2203-4001	(21) 2203-4410	(021)2203-4414
E-mail gab.srrj@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Rodrigues Alves, nº 01 – Praça Mauá – Rio de Janeiro – RJ – CEP 2008-/250			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
SR/DPF/RJ: Port. 527/64, BS. 245, de 24/12/64 - Criada como Delegacia Regional “A” no Rio de Janeiro.			
Dec. 70.665/72, DOU. 104/72 - Transformada em Superintendência Regional.			
Port. 018, de 24/02/75, BS. 37, de 22/05/75 - Muda a denominação da Superintendência Regional da Guanabara para Superintendência Regional do Rio de Janeiro.			
FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.			
- Portaria nº 2.877/MJ, de 30.11.2011, que aprova o Regimento Interno.			
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Utilização do Sistema SISCART – Sistema Cartorário			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200356	SR/DPF/RJ – Administração da Unidade		
200357	SR/DPF/RJ - Fundo p/ aparelham. e operacionalização da atividade fim da Polícia Federal		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI das Unidades Gestoras		Código SIAFI da Gestão	
200356		00001	
200357		00001	

2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei

6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência do Rio de Janeiro exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição. Os elementos de conjuntura para a tomada de decisão englobaram a determinação da Direção Geral do DPF, com o apoio do Governo Federal, em combater a corrupção, o tráfico ilícito de entorpecentes e combate aos fatores que diminuem a arrecadação fiscal do País, dentre outros, além de aumentar a segurança da população. Para tanto, procurou-se estruturar a UJ de modo que os servidores tenham adequadas condições de infraestrutura para cumprir as funções constitucionais.

2.1.2) Objetivos estratégicos

No ano de 2011 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos para instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão, buscando a adesão e inserção de suas unidades no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública), coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, recebendo deste Ministério a certificação do nível de gestão baseado no modelo Gespública. O reconhecimento é fruto das autoavaliações

realizadas desde o exercício de 2010 nas 27 superintendências da PF e na Academia Nacional de Polícia.

✓ Combate à Corrupção, que culminou com a deflagração de diversas operações, sempre ombreada com os órgãos de controle (TCU, CGU, MPF, AGU e outros), visando coibir a prática desse crime e recuperar a confiança da população brasileira no que tange às instituições democráticas constituídas;

✓ Combate ao Narcotráfico;

✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;

✓ Inserção Internacional.

A Direção Geral do DPF instituiu, através da Portaria 1990/2010-DG/DPF, o Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, diretamente subordinado ao Diretor-Geral, tendo como atribuições, dentre outras: coordenar as atividades da gestão estratégica; propor e orientar a implantação da Metodologia de Gestão Estratégica da Polícia Federal – MGE/PF, promovendo sua constante atualização e disseminação; propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários; orientar as unidades centrais e descentralizadas acerca da utilização da MGE/PF; dentre outras.

Ademais, vale dizer, que toda atuação da instituição se foca no atendimento da sua MISSÃO institucional que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem como a missão e visão de futuro da instituição, a Superintendência do Rio de Janeiro priorizou a integração com os demais Órgãos de Segurança Pública, notadamente no campo da inteligência policial. As operações de repressão a crimes de: contrabando, tráfico de entorpecentes e armas, contra o patrimônio público, crimes ambientais, tráfico de seres humanos, pedofilia, foi realizado trabalho em cooperação com forças policiais locais. Além do inter-relacionamento mais efetivo com a SENASP, com a Polícia Rodoviária Federal e com as forças policiais estaduais, foi dada prioridade a parcerias com outras agências governamentais - IBAMA, INSS, DNPM, COAF, ANATEL e MINISTÉRIO DO TRABALHO, dentre outros.

Finalmente cabe destacar que a Polícia Federal, aproveitando o gancho das inovações tecnológicas e dos diversos sistemas de comunicação, vem buscando aproximar-se cada vez mais do cidadão, estando presente também nas redes sociais através dos aplicativos: twitter.com/agenciapf, facebook.com/departamentodepoliciafederal e youtube.com/pfnatela

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

Para o cumprimento de sua missão Institucional o Departamento de Polícia Federal conta com Unidades Centrais, as quais gerenciam seis (06) Unidades Gestoras, e são responsáveis pela coordenação das atividades da Polícia Federal e pela execução de ações que necessitam de um comando centralizado.

O planejamento e a execução das operações foram desenvolvidos no âmbito da Superintendência Regional do Estado do Rio de Janeiro do Departamento da Polícia Federal (SR/DPF/RJ), obedecendo às premissas básicas e orientações estratégicas das Unidades Centrais em cada uma de suas áreas de atuação.

Nesse contexto organizacional e estratégico, todas as unidades do Departamento de Polícia Federal estão integradas nas ações que buscam o cumprimento da missão institucional em consonância com as diretrizes governamentais que compõem o PLANO PLURIANUAL – PPA - (lei nº 11.658 de 07/04/2008) onde a Polícia Federal está inserida no OBJETIVO ESTRATÉGICO 09 “Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos Cidadãos”.

Para atingir o objetivo supracitado pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. No caso da Polícia Federal ela contribui para a superação do desafio denominado “Brasil sem violência”, uma das metas do plano de governo, tendo a Direção Geral da Polícia Federal, através do Centro Integrado de Gestão Estratégica, eleito os seguintes objetivos institucionais e ações estratégicas:

- Fortalecer a Cultura de Gestão Estratégica: Planejamento estratégico – Gestão de processos – Gestão de projetos – Avaliação de desempenho – Modelagem organizacional – Gestão do conhecimento – Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação – Garantia da segurança institucional;
- Valorizar o Servidor: Gestão por competência - Assistência à saúde do servidor;
- Ampliar a Credibilidade Institucional: Proteção da imagem institucional - Difusão da comunicação interna e externa - Desenvolvimento da responsabilidade socioambiental;
- Reduzir a Criminalidade: Prevenção à criminalidade – Repressão a organizações criminosas – Atuação policial em grandes eventos – Gestão da qualidade da prova – Aperfeiçoamento dos procedimentos de polícia judiciária – Efetivação de mecanismos de análise e inteligência policial;
- Promover a Cidadania: Defesa dos direitos humanos – Otimização dos serviços ao usuário/cidadão – Individualização do cidadão – Controle regulatório e fiscalizatório;
- Incrementar os Acordos e Parcerias: Alianças internacionais – Cooperação nacional;
- Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais: Gestão de obras e infraestrutura – Racionalização da gestão logística;
- Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação: Alinhamento da TI à gestão policial – Melhoria da infraestrutura e serviços de TI e telecomunicações;
- Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico: Gestão orçamentária e financeira – Uniformização orçamentário-financeiro-contábil.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão:

Visando cumprir as diretrizes da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal, tomando-se por base os objetivos institucionais e ações estratégicas listados no tópico acima, a Superintendência no Rio de Janeiro adotou ao longo do exercício de 2011 uma política de austeridade no que tange à utilização dos recursos destinados à administração da unidade, onde podemos destacar:

* Redução do número de postos de trabalho nos (aditivos de supressão) contratos administrativos de terceirização de mão-de-obra;

* Controle efetivo da utilização das linhas telefônicas, através do cadastramento de senhas pessoais/institucionais, somente para servidores efetivos, além da utilização de canais de voz e dados para comunicação com as demais unidades (SKYPE, CHAT, MESSENGER, VOIP, e-mail's);

* Controle e redução no consumo/gasto com energia elétrica, com ações de conscientização dos servidores para uso racional desse recurso;

* Redução no consumo e utilização de água encanada com a reforma das instalações hidro-sanitárias;

* Redução no gasto com passagens aéreas e diárias, respeitando os prazos mínimos previstos em decreto para aquisição das passagens e estabelecendo como prioridade o atendimento às operações permanente, respeitado as determinações contidas no Decreto nº 7446/2011.

* Maior rigor e efetivo controle na utilização das viaturas, reduzindo o consumo de combustível e o custo com a manutenção das mesmas;

* No que tange ao bem estar do servidor, buscou-se a conclusão das obras de reformas já iniciadas no 2º (segundo) e no 3º (terceiro) andar da Superintendência, visando proporcionar os servidores e usuários melhores condições de trabalho, saúde e higiene, além do rebaixamento do forro e iluminação da circulação interna (corredores e escadas);

* Quanto ao aspecto operacional, buscou-se maior aproximação com os órgãos de segurança pública que atuam no âmbito do estado do Rio de Janeiro, que culminou com a prisão de diversos criminosos e apreensão de drogas e armas, listadas ao longo deste relatório, e nas ações específicas;

* Cabe destaque ainda as ações desenvolvidas no exercício 2011, com destaque para a operação GUILHOTINA, deflagrada numa sexta-feira (11/02/2011) e que se estendeu até o domingo (13/02/2011), resultando na apreensão de fuzis, carabinas, pistolas, revólveres, grande quantidade e diversidade de munição, rádios transmissores, relógios, além da prisão de policiais envolvidos com traficantes, milícias e com a máfia dos caças-níqueis, elevando o nome do país no cenário de combate e enfrentamento ao crime organizado e à corrupção nas polícias.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1.1 - Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Quadro IV - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: não possui						
Objetivos Específicos: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.						
Gerente: não possui				Responsável: n/d		
Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica		672.258,82	672.258,82	0,00	672.258,82	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União (%)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre a despesa líquida com inativos e pensionistas e a receita corrente líquida da União, onde despesa líquida = despesa com aposentadorias e pensões deduzido o valor total da contribuição para o plano de seguridade social						
Análise do Resultado Alcançado						
n/a						
Código	Tipo1	Descrição da Ação				
0181	OP	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis				
Fonte: SIGPLAN e SIAFIGerencial						

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

A exemplo do exercício anterior, nesse programa foram realizadas despesas com pagamento de auxílio funeral em favor de herdeiros e beneficiários de pensão (vitalícia e/ou temporária) dos servidores aposentados e ativos falecidos no exercício, quase em sua totalidade, além do pagamento de alvarás judiciais de 28,86% e 3,17%.

Não foram identificados eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução deste Programa de Governo, ocorrendo os pagamentos dentro da normalidade.

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas, crimes financeiros e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

1 Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

2.3.1.2 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

Quadro V - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça						
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União						
Gerente: Não possui				Responsável: Departamento de Polícia Federal		
Público Alvo: Sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
<i>Dotação</i> ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica		6.556.654,83	6.116.286,87	440.367,96	6.116.286,87	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência ²			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício ³
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos na P. F. (dias)	01/12/2006	79,00	70,00	70,00	541
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos na P. F. (percentagem)	31/12/2006	63,60	80,00	80,00	135
Fórmula de Cálculo do Índice						
1 – Tempo de conclusão dos inquéritos policiais.						
<p>O indicador supra não possibilita apurar a realidade do que ocorre, pois dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor, não permitindo uma exata mensuração da produtividade. O índice foi previsto para o Órgão, de forma global.</p> <p>Por essa e outras razões, este indicador de desempenho não foi mais considerado no PPA 2012-2015. Na média global da UJ, os índices atingidos no exercício de 2011 pela UJ foram positivos, posto que inferiores aos índices do ano anterior, que foi de 615 (seiscentos e quinze) dias, demonstrando esforços na redução do tempo médio para a conclusão de inquéritos.</p>						
2 - Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
A exemplo do exercício anterior a UJ não só cumpriu, como melhorou, o índice previsto, priorizando sempre a excelência na qualidade na produção das peças que compõe os inquéritos policiais.						
Análise do Resultado Alcançado						
Asseveramos que, como explicitado na nota '2' os dados referem-se ao DPF como um todo e constam dos indicadores disponíveis. O resultado, portanto, superou a meta traçada devido aos esforços empreendidos pelos diversos servidores envolvidos no processo investigatório.						
Código	Tipo ²	Descrição da Ação				
2586	A	Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional				
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos				
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública				
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União				
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				

Fonte: SIGPLAN, SISCART, CTI, SIAFIGerencial

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

2 Tipo de Ação: A – Atividade; P – Projeto; OP – Operação Especial

² A “Referência” e o “Índice previsto no exercício” informados são os constantes no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal, não se aplicando a esta SR/DPF/RJ, estando disponíveis para consulta em <http://www.sigplan.gov.br/download/ppa/lei11653anexoatualizado.pdf>.

³ O índice informado se refere ao desempenho desta SR/DPF/RJ e delegacias, estando disponível para consulta na intranet da Corregedoria Geral – COGER, do Departamento de Polícia Federal (<http://intranet.dpf.gov.br/coger/servicos/estatisticas/>), conforme planilha a seguir:

Quadro VI – Relação entre IPL’s relatados e Instaurados

<i>Unidades</i>	IPL’s		
	Inst.	Relat.	Inst./Relat.
Rio de Janeiro	3.167	5.197	164%
Aerop. Galeão – AIN	113	68	60%
Angra dos Reis – ARS	126	202	160%
Campos – GOY	585	628	107%
Macaé – MCE	315	392	124%
Niterói – NRI	1.240	1.366	110%
Nova Iguaçu – NIG	887	929	105%
Volta Redonda – VRA	307	321	105%
TOTAL	6.740	9.103	135%

Os créditos orçamentários utilizados no programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade tem a finalidade de atender as ações de caráter sigiloso na área de segurança pública, prevenção e repressão a crimes contra bens e serviços de interesse da união e fiscalização e controle de empresas produtoras e que transportam e comercializam precursores químicos.

2.3.1.2.1) Ação 2586 – Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional.

O valor executado nesta ação foi de R\$ 1.705.254,15 (um milhão, setecentos e cinco mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e quinze centavos) e relacionan-se às despesas necessárias ao aparelhamento técnico e operacional da Coordenação-geral de Polícia de Imigração e das Unidades Descentralizadas do Departamento de Polícia Federal DPF, no sentido de implantar novos mecanismos de segurança na confecção de documentos de viagem para evitar falsificações, atendendo às normas da Organização de Aviação Civil Internacional OACI/ONU e modernizar o controle do tráfego internacional por meio de fiscalização mecânica e eletrônica desses documentos.

A seguir, apresentamos alguns dados estatísticos das atividades da Delegacia de Polícia de Imigração/DREX/SR/DPF/RJ:

Quadro VII – Documentos de viagem emitidos – NUPAS/DELEMIG/DREX/SR/DPF/RJ

ÍNDICES/SERVIÇOS	QUANTIDADE	
	2010	2011
PASSAPORTES COMUM – ICAO	152.538	220.532
PASSAPORTES DE EMERGÊNCIA – NÃO ICAO	132	112
PASSAPORTE PARA ESTRANGEIRO – NÃO ICAO	58	51
LAISSEZ-PASSER	02	02
TOTAL	152.730	220.697

Quadro VIII – Retiradas compulsórias

ÍNDICES	QUANTIDADE	
	2010	2011
DEPORTAÇÕES	10	10
EXPULSÕES	36	31
REPATRIAÇÕES	3	8
INQUÉRITOS INSTAURADOS	63	69
INQUÉRITOS RELATADOS	63	69

Quadro IX - Controle de estrangeiros – NRE/DELEMIG/DREX/SR/DPF/RJ

ATIVIDADES	QUANTIDADE	
	2010	2011
PROCESSO de REUNIÃO FAMILIAR	11	21
CANCELAMENTO de PERMANÊNCIA	27	7
PEDIDO DE IGUALDADE de DIREITOS	17	6
PRORROGAÇÃO de TEMPORÁRIO II e III	237	311
PRORROGAÇÃO de ESTADA de TURISTAS	2435	2238
PEDIDO de NATURALIZAÇÃO	66	62
NOTIFICAÇÃO	480	332
AUTUAÇÃO	1809	1861
ISENÇÕES	1	0
PROCESSOS de NATURALIZAÇÃO RELATADOS	30	54
PROCESSOS de PERMANÊNCIA RELATADOS	650	255
OM's EXPEDIDAS de NATURALIZAÇÃO	66	49
OM's EXPEDIDAS de PERMANÊNCIA	372	81
MULTAS APLICADAS	R\$ 645.954,37	R\$ 740.194,10
MULTAS RECEBIDAS	R\$ 556.251,16	R\$ 640.390,75

2.3.1.2.2) Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.

O valor executado nesta ação foi de R\$ 29.927,66 (vinte e nove mil, novecentos e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos) e relaciona-se à prestação de serviços, despesas com viagens e aquisição de materiais permanentes.

Nas tabelas abaixo apresentamos alguns resultados das ações e operações deflagradas pela Delegacia de Repressão a Entorpecentes com os seguintes números de apreensões de drogas e entorpecentes no estado do Rio de Janeiro:

Quadro X - Apreensão de drogas nos últimos 04 (quatro) anos

DROGAS	SR/DPF/RJ e DESCENTRALIZADAS			
	APREENSÕES			
	2008	2009	2010	2011
Maconha no RJ (kg)	372,63	4.291,37	5.351,06	1.609,71
Cocaína no RJ (kg)	667,80	453,09	677,09	267,81
Pasta base (kg)	12,00	0,00	208,90	0,00
Crack (kg)	0,00	11,28	14,47	0,130
Merla (kg)	0,00	0,05	0,00	0,00
Haxixe (kg)	31,81	0,34	0,00	0,00
Ecstasy (un)	505,00	4,00	154,00	0,00
Lança perfume (un)	1.079,00	2,00	1.512,00	0,00
LSD (un)	17.759,00	35.316,00	0,00	0,00
GBL (un)	0,00	0,00	0,00	5.937
Pés de maconha destruídos (un)	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro XI - Bens apreendidos no exercício de 2011

BEM	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
REVÓLVER	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
PISTOLA	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	14	0	18
METRALHADORA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FUZIL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3
ESPINGARDA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RIFLE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GARRUCHA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CARREGADOR	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	34	0	36
MUNIÇÃO	0	383	0	0	0	12	6	0	100	0	822	5	1328
LANÇA-ROJÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GRANADA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	5
LUNETA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COLETE BALÍST.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALGEMAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RÁDIO-COMUNIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	5
BALANÇA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	3
PRENSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NEXTEL	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	6	0	9
TELEF MÓVEL	0	1	1	1	1	6	2	5	4	0	18	1	40
HARD DISC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NOTEBOOK	0	0	0	0	0	2	0	1	1	0	2	0	6
MAQ FOTO DIG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
RELÓGIO	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0	4
JÓIA	0	0	1	0	0	5	0	0	0	0	13	0	19
MOTOCICLETA	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
ONIBUS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CAMINHÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
CARRO	0	0	1	0	0	3	0	0	2	0	5	0	11

Quadro XII - Indiciados pela Delegacia de Repressão à Drogas em 2011

DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
USUÁRIO DROGAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TRAFICANTE DROGAS	6	0	7	1	1	14	3	3	4	0	11	4	54
OUTROS CRIMES	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	6	1	8
TOTAL INDICIADOS	6	1	7	1	1	14	3	3	4	0	17	5	62

Foi realizado, também, o trabalho administrativo de atendimento às empresas que buscam seu credenciamento junto ao DPF para a comercialização e uso dos produtos químicos controlados por este órgão, resultando nos números expressos no quadro a seguir:

Quadro XIII – Arrecadação/Fiscalização de produtos químicos

NÚCLEO DE CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS		
Descrição	2010	2011
Taxas R\$	470.450,00	500.450,00
Multas R\$	5.128,00	6.000,00
Empresas Cadastradas	144	130
Licenças Emitidas	682	676
Licenças Renovadas	484	426
Fiscalizações Efetuadas	28	03

2.3.1.2.3) Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

O valor executado nesta ação foi de R\$ 240.387,14 (duzentos e quarenta mil, trezentos e oitenta e sete reais e quatorze centavos). Na Superintendência do Rio de Janeiro, a exemplo de outras unidades do DPF, o controle na execução das despesas referentes às ações de caráter sigiloso é efetuado pelo Setor de Inteligência Policial, que presta contas à Diretoria de Inteligência Policial, localizada na Sede do Departamento de Polícia Federal, em Brasília, predominando a utilização na forma de suprimento de fundos, em razão da necessidade de preservar o caráter sigiloso na consecução das ações de inteligência.

Dessa forma, durante o ano de 2011, foram realizadas diversas operações no âmbito de atuação do Departamento de Polícia Federal em suas diversas competências no campo de polícia repressiva e judiciária.

Cabe ressaltar que a utilização do suprimento sigiloso subsidia as ações de repressão ao tráfico de entorpecente, armas e combate à lavagem de dinheiro (no âmbito das Delegacias vinculadas à DRCOR), combate ao contrabando e ações deletérias ao meio ambiente (no âmbito das Delegacias vinculadas à DREX). No ano em comento, ocorreu também o fornecimento de suprimento de caráter sigiloso em apoio às diversas operações policiais deflagradas no âmbito do estado do Rio de Janeiro, dentre as quais podemos destacar:

- Inserção e Cigarra: crimes contra a Previdência Social
- Monte Castelo: Tráfico de drogas
- Martelo de Ferro: Tráfico de drogas
- Miragem e Caixa Preta: Fraude previdenciária
- Operação Cairuçu: Tráfico de drogas
- Operação Black Ops: Lavagem de dinheiro, contrabando, outros crimes
- Velhos Amigos: Assalto a bancos e Correios
- Conectividade: Fraude previdenciária
- Vôo Livre: Fraude Fiscal
- IV Círculo: estelionato
- Lyria: Fraude previdenciária
- Cartucheira: Tráfico ilícito de armas e entorpecentes
- Open Air: Tráfico de drogas
- Highlander: Fraude previdenciária
- Pisca-Alerta S.A.: combate a corrupção de policiais rodoviários federais
- Mil Grau: Tráfico de drogas
- Estrangulamento: Máquinas Eletronicamente Programadas (caça-níqueis)
- Estrela do Norte: Fraude previdenciária
- Landell: Rádio clandestina
- Las Vegas: Máquinas Eletronicamente Programadas (caça-níqueis)
- Operação Lázaro: Tráfico de drogas
- Operação Ferrara: Tráfico de drogas

2.3.1.2.4) Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços de Interesses da União

O valor executado nesta ação no exercício de 2011 foi de R\$ 4.580.605,88 (quatro milhões, quinhentos e oitenta mil, seiscentos e cinco reais e cinquenta e oitenta e oito centavos) sendo operacionalizada pelas delegacias DRCOR e DREX, com apoio técnico do SETEC e do Núcleo de Identificação (NID).

2.3.1.2.5) Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

O valor executado pela UJ no exercício de 2011 nesta ação foi de apenas R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais), sendo operacionalizado pelo Núcleo de Treinamento e Desenvolvimento (NT&D) da SR/DPF/RJ em ações de capacitação na área fim/operacional, conforme quadro abaixo:

Quadro XIV – Ações de capacitação

CURSO	AREA DE ATUAÇÃO	Nº DE SERVID. BENEFICIADOS	PERÍODO	VALOR
RNEAD/SENASP	FIM/APOIO ADMINISTRATIVO	053	CICLO 21 FEV/ABR	GRATIS
RNEAD/SENASP	FIM/APOIO ADMINISTRATIVO	029	CICLO 22 MAI/JUL	GRATIS
RNEAD/SENASP	FIM/APOIO ADMINISTRATIVO	046	CICLO 23 AGO/NOV	GRATIS
INPI/ENAP DIVERSOS	APOIO ADMINISTRATIVO	004	MAI/OUT	GRATIS
TCE/RJ DIVERSOS	FIM/APOIO ADMINISTRATIVO	004	MAI/OUT	GRATIS
CONGRESSO AVAL. PSICOL	APOIO ADMINISTRATIVO	001	31/05 A 04/06	R\$480,00

Cabe esclarecer que, devido ao corte no Orçamento efetuado pelo Governo Federal para o Serviço Público, foram suspensas as solicitações de Capacitação externa, com ônus para o DPF ainda no primeiro semestre de 2011.

2.3.1.3 – Programa 0750 – Apoio Administrativo

Quadro XV - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.						
Objetivos Específicos: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 – Manutenção dos Serviços Administrativos, 2001 – Manutenção dos Serviços de Transportes e 2002 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico.						
Gerente: Não possui				Responsável: Valmir Lemos de Oliveira		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Gestão	Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
	Inicial	Final				
200356	Não se aplica		22.892.301,45	18.868.589,53	4.023.711,92	18.868.589,53
200357	Não se aplica		51.106,78	51.106,78	0,00	51.106,78
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Este Programa não possui indicadores	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não se aplica						
Análise do Resultado Alcançado						
A execução do Programa 0750 – Apoio Administrativo - é importante para o desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas da atividade-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.						
Código	Tipo ³	Descrição da Ação				
2000	A	Administração da Unidade				
2010	A	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados				
Fonte: SIGPLAN, SIAFIgerencial						

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

2.3.1.3.1) Ação 2000 – Administração da Unidade

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que possibilita a execução de despesas das atividades de apoio, necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.

Em 17 de março de 2011, foi editado o Decreto nº 7.446, impondo à Administração Pública Federal contingenciamento orçamentário. À Polícia Federal restou a diminuição em 65% as cotas orçamentárias da UJ no que tange as diárias com pessoal civil e passagens aéreas na gestão tesouro

3 Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

(crédito voltado à administração das unidades) e 29% em diárias policiais para o FUNAPOL. Isso impactou na capacidade de operacional, comprometendo o cumprimento da missão institucional do órgão, bem como na manutenção das atividades básicas de algumas unidades.

2.3.1.3.2) Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.

Nesta ação foram pago valor de dívida de exercícios anteriores, período de 17/03/2009 a dez/2010, com assistência pré-escolar, ao servidor R.H.S, CPF 004.XXX.XXX-83, que não foi incluso no SIAPE para crédito regular em folha de pagamento, no valor de R\$1.913,50 (um mil, novecentos e treze reais e cinquenta centavos).

2.3.1.4 – Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal

Quadro XVI - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1353		Denominação: Modernização da Polícia Federal				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal						
Objetivos Específicos: Proporcionar ao Departamento de Polícia Federal melhores condições de infra-estrutura, visando atender melhor as demandas dentro das suas atribuições.						
Gerente: Rogério Augusto Viana Galloro				Responsável: Valmir Lemos de Oliveira		
Público Alvo: Departamento de Polícia Federal						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$
						1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica		4.259.590,76	3.297.629,75	961.961,01	3.297.629,75	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Produto	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
n/a						
Análise do Resultado Alcançado						
n/a						
Fonte: SIGPLAN						
¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.						

No programa de Modernização da Polícia Federal, consta para a Superintendência Regional no Rio de Janeiro a Ação 1K69, Reforma e Modernização do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

2.3.1.4.1) Ação 1K69 - Reforma e Modernização do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

A despesa liquidada nesta ação no exercício de 2011 foi de R\$ 4.259.590,76 (quatro milhões, duzentos e cinqüenta e nove mil, quinhentos e noventa reais e setenta e seis centavos), sendo dita despesa executada totalmente na natureza de despesa 44905191, que se refere a Obras em Andamento.

A execução desta ação ocorreu dentro da normalidade, não sendo registrados eventos relevantes com efeitos negativos e/ou positivos que pudessem prejudicar ou facilitar a execução dos Programas de Governo.

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

QUADRO XVII - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

UG	Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação ¹	Prioridade ²	Unidade de Medida	Meta ³ prevista	Meta ³ realizada	Meta ³ a ser realizada em 2012
200356	09	272	0089	0181	OP	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	09	122	0750	2000	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	122	0750	2010	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
200357	06	125	0662	2586	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	125	0662	2679	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	183	0662	2720	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	181	0662	2726	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	128	0662	4572	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	122	0750	2000	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	122	1353	1K69	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a

Fonte: SIGPLAN – SIAFI >CONPT

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ A UJ opera apenas como executora das ações. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

Tendo em vista que a SR/DPF/RJ atua apenas como executora dos programas e respectivas ações, que as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e SIGPLAN se referem a todo o DPF e que não houve por parte da SEDE a regionalização das referidas metas, a execução física das ações realizadas pela UJ está apresentada, de forma individualizada, nos subitens do item 2.3.1.

2.3.3. Com relação às atividades de investimento, os contratos em vigor no exercício de 2011, bem como sua execução, foi a seguinte:

2.3.3.1. Contrato nº 32/2008 (CLM-Exatta)

Valor Total do Contrato:	R\$ 2.666.750,43
Valor gasto em 2011 (reajustamento):	R\$ 26.067,97
Saldo para 2012:	R\$ 0,00

O valor utilizado em 2011 refere-se ao reajustamento do contrato das obras de reforma e adequação das instalações do NUCRIM e NID do SETEC/RJ (iniciadas em janeiro de 2009), bem como as instalações completas do SRH/SELOG/RJ. O contrato encerrou-se no final de 2010.

2.3.3.2. Contrato nº 33/2008 (RAC Engenharia)

Valor Total do Contrato:	R\$ 12.338.667,18
Valor gasto em 2011:	R\$ 2.612.178,61
Saldo para 2012:	R\$ 0,00

O valor utilizado em 2011 contempla a reforma da DELEFAZ (parcialmente - iniciada em 2009), DELEFIN, DRCOR, INTERPOL, CORREGEDORIA, DELEMAPH (parcialmente – concluída em 2011), GPI (parcialmente – concluída em 2011) e DELINST (parcialmente – concluída em 2011) e DELEPAT. Vigência até junho/2011.

Obs.: Há previsto um saldo referente ao reajustamento no valor de R\$ 175.153,21 para ser pago em 2012.

2.3.3.3. Contrato nº 24/2008 (Porto Belo)

Valor Total do Contrato:	R\$ 7.025.593,90
Valor gasto em 2011:	R\$ 1.238.234,02
Saldo para 2012:	R\$ 51.406,37

O valor utilizado em 2011 contempla parte das obras de reforma estrutural e de recuperação das fachadas da SR/DPF/RJ, incluindo substituição dos revestimentos danificados, troca das esquadrias de ferro por esquadrias de alumínio, instalação de vidros, pintura, impermeabilizações e piso dos corredores e escadas. Vigência até dezembro/2012.

Obs.: Existe uma previsão de reajustamento no valor de R\$ 146.053,06 para serem pagos em 2012.

2.3.3.4. O Valor total medido (execução física) pelos contratos supracitados em 2011 foi de R\$ 3.876.480,60.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

As informações de dotação não se aplicam a unidade, pois a previsão orçamentária, na Lei Orçamentária Anual, especifica somente o orçamento do Órgão da Unidade Orçamentária, ou seja, do Departamento de Polícia Federal, e não da Unidade Executora

Quadro XVIII - Identificação das Unidades Orçamentárias		
Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Policia Federal	30108	200356
Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades - Fim da Policia Federal - FUNAPOL	30909	200357

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa.

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.

Quadro XIX - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação				Valores em R\$ 1,00
UG: 200356 – TESOURO				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	17.503.434,50	12.975.684,38	14.298.196,04	10.042.423,24
Convite	-x-	- x -	-x-	- x -
Tomada de Preços	-x-	- x -	-x-	- x -
Concorrência	-x-	- x -	-x-	- x -
Pregão	17.503.434,50	12.975.684,38	14.298.196,04	10.042.423,24
Concurso	-x-	- x -	-x-	- x -
Consulta	-x-	- x -		- x -
Contratações Diretas	3.133.461,75	2.876.247,40	2.867.395,38	2.669.485,79
Dispensa	2.721.500,44	2.567.367,71	2.512.647,73	2.372.569,47
Inexigibilidade	411.961,75	308.879,69	354.747,65	296.916,32
Regime de Execução Especial	-x-	- x -	-x-	- x -
Suprimento de Fundos	-x-	- x -	-x-	- x -
Pagamento de Pessoal	1.077.080,52	1.606.766,41	1.077.080,52	1.606.766,41
Pagamento em Folha	689.545,54	769.888,57	689.545,54	769.888,57
Diárias	387.534,98	836.877,84	387.534,98	836.877,84
Outras	2.238.118,58	9.735.711,80	1.685.711,39	9.247.671,30
Fontes: SIAFI Gerencial e NEOF/SR/DPF/RJ.				

Quadro XX - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação				Valores em R\$ 1,00
UG: 200357 – FUNAPOL				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	6.098.524,51	7.186.744,98	4.696.195,54	6.384.271,67
Convite	-x-	- x -	-x-	- x -
Tomada de Preços	-x-	209.297,71	-x-	174.058,50
Concorrência	3.619.690,76	6.790.757,90	3.297.629,75	6.050.542,09
Pregão	2.478.833,75	186.689,37	1.398.565,79	159.671,08
Concurso	-x-	- x -	-x-	- x -
Consulta	-x-	- x -	-x-	- x -
Contratações Diretas	-x-	8.000,00	-x-	8.000,00
Dispensa	-x-	8.000,00	-x-	8.000,00
Inexigibilidade	-x-	- x -	-x-	- x -
Regime de Execução Especial	374.348,60	169.860,47	374.348,60	169.860,47
Suprimento de Fundos	374.348,60	169.860,47	374.348,60	169.860,47
Pagamento de Pessoal	4.358.774,21	- x -	4.358.774,21	- x -
Pagamento em Folha	-x-	- x -	-x-	- x -
Diárias	4.358.774,21	4.963.248,13	4.358.774,21	4.963.248,13
Outras	4.394.479,26	5.011.541,73	4394.479,26	5.008.535,37
Fontes: SIAFI Gerencial e NEOF/SR/DPF/RJ.				

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XXI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação							Valores em R\$ 1,00	
UG: 200356 – TESOURO								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	1.077.080,52	769.888,57	1.077.080,52	769.888,57	0,00	13.119,59	1.077.080,52	756.768,98
08 – Outros benefícios	526.418,32	558.335,28	526.418,32	558.335,28	0,00	11.879,08	526.418,32	546.456,20
91 – Sentenças Judiciais	149.247,25	179.447,18	149.247,25	179.447,18	0,00	1.240,51	149.247,25	178.206,67
92 – Despesas de Exercícios	13.879,97	32.106,11	13.879,97	32.106,11	0,00	- x -	13.879,97	32.106,11
2 – Juros e Encargos da Dívida	-x-	- x -	-x-	- x -	-x-	- x -	-x-	- x -
- x -	-x-	- x -	-x-	- x -	-x-	- x -	-x-	- x -
3- Outras Despesas Correntes	21.694.870,91	23.781.691,06	18.670.646,88	22.268.658,89	3.024.932,52	1.533.643,50	19.203.143,87	21.629.075,35
37 – Locação de MO	10.340.339,60	10.492.660,33	9.386.330,88	9.918.827,87	954.008,72	573.832,46	9.918.827,87	9.330.675,79
39 – Outros Sv Terceiros - Pessoa	5.683.860,52	4.909.571,56	5.041.153,79	4.414.176,00	642.706,73	495.395,56	5.041.153,79	4.407.709,78
30 – Material de Consumo	2.239.926,48	1.849.241,84	1.448.509,16	1.418.399,46	791.417,32	430.842,38	1.448.509,16	1.407.542,02
93 – Indenizações e restituições	1.022.698,23	1.234.264,17	509.863,40	1.229.890,12	512.834,83	4.374,05	509.863,40	1.229.890,12
92 – Despesas de Exercícios	766.550,53	3.307.947,02	726.978,17	3.307.947,02	39.572,36	20.611,33	726.978,17	3.287.335,69
33 – Passagens e despesas com	523.955,17	572.212,14	497.831,83	563.624,42	26.831,83	8.587,72	497.831,83	550.127,95
14 – Diárias pessoal civil	387.534,98	836.877,84	387.534,98	836.877,84	0,00	- x -	387.534,98	836.877,84
36 – Outros Sv Terceiros –	668.670,56	576.000,00	611.109,83	576.000,00	57.560,73	- x -	611.109,83	576.000,00
47 – Obrig. Tribut e Contrib- Op.	61.334,84	2.916,16	61.334,84	2.916,16	0,00	- x -	61.334,84	2.916,16

Fonte: SIAFI Gerencial.

Quadro XXII - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação							Valores em R\$ 1,00	
UG: 200357 – FUNAPOL								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	-x-	- x -		- x -		- x -		- x -
- x -	-x-	- x -		- x -		- x -		- x -
2 – Juros e Encargos da Dívida	-x-	- x -		- x -		- x -		- x -
- x -	-x-	- x -		- x -		- x -		- x -
3- Outras Despesas Correntes	6.406.274,81	5.321.599,97	6.099.854,87	5.297.859,32	306.688,36	23.740,65	6.099.854,87	5.297.859,32
14 – Diárias Pessoal Civil	4.358.774,21	4.963.248,13	4.358.774,21	4.960.241,77	0,00	3.006,36	4.358.774,21	4.960.241,77
39 – Outros Sv Terceiros –	1.694.194,15	241.488,16	1.387.774,21	220.753,87	306.688,36	20.734,29	1.387.774,21	220.753,87
92 – Despesas de Exercícios	5.297,39	- x -	5.297,39	- x -	0,00	- x -	5.297,39	- x -
30 – Material de consumo	125.351,40	63.808,68	125.351,40	63.808,68	0,00	- x -	125.351,40	63.808,68
36 – Outros Sv Terceiros –	192.730,00	53.055,00	192.730,00	53.055,00	0,00	- x -	192.730,00	53.055,00
93 – Indenizações e Restituições	29.927,66	- x -	29.927,66	- x -	0,00	- x -	29.927,66	- x -
Fonte: SIAFI Gerencial.								

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XXIII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação							Valores em R\$ 1,00	
UG: 200356 – TESOIRO								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	1.180.143,82	1.695.962,34	180.656,37	223.662,80	999.487,45	1.472.299,54	180.656,37	220.514,80
52 – Equip e Mat Perm	1.146.674,82	1.586.963,34	147.187,37	114.663,80	999.487,45	1.472.299,54	147.187,37	111.515,80
39 – Outros Sv Terc - PJ	33.469,00	108.999,00	33.469,00	108.999,00	0,00	- x -	33.469,00	108.999,00
5 - Inversões Financeiras	-x-	- x -	-x-	- x -	-x-	- x -	-x-	- x -
- x -	-x-	- x -	-x-	- x -	-x-	- x -	-x-	- x -
6 - Amortização da Dívida	-x-	- x -	-x-	- x -	-x-	- x -	-x-	- x -
- x -	-x-	- x -	-x-	- x -	-x-	- x -	-x-	- x -
Fonte: SIAFI Gerencial.								

Quadro XXIV - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação							Valores em R\$	
UG: 200357 – FUNAPOL								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	4.259.590,66	7.054.547,21	3.370.734,34	6.272.808,19	1.095.640,61	781.739,02	3.370.734,34	6.272.808,19
51 – Obras e instalações	4.259.590,66	7.000.055,61	3.297.629,75	6.224.600,59	961.961,01	775.455,02	3.297.629,75	6.224.600,59
52 – Equip e Mat Perm	201.486,80	19.915,00	67.807,20	13.631,00	133.679,60	6.284,00	67.807,20	19.915,00
92 – Desp Ex Anteriores	5.297,39	34.576,60	5.297,39	34.576,60	0,00	- x -	5.297,39	34.576,60
5 - Inversões Financeiras	-x-	- x -	-x-	- x -	-x-	- x -	-x-	- x -
- x -	-x-	- x -	-x-	- x -	-x-	- x -	-x-	- x -
6 - Amortização da Dívida	-x-	- x -	-x-	- x -	-x-	- x -	-x-	- x -
- x -	-x-	- x -	-x-	- x -	-x-	- x -	-x-	- x -

Fonte: SIAFI Gerencial.

Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

- Alterações significativas ocorridas no exercício

A Superintendência Regional registrou uma redução significativa das despesas com diárias e passagens do exercício de 2010 para 2011 em decorrência do contingenciamento estabelecido pelo Decreto nº 7.446 de 1º de março de 2011.

As despesas relacionadas com as obras para reformas das instalações da sede da SR/DPF/RJ, tiveram suas contratações reduzidas na modalidade concorrência e incrementadas na modalidade pregão, para serviços comuns, obedecendo desta forma, as diretrizes traçadas pela AGU.

Os aumentos observados nos contratos de Prestação de Serviços e Locação de Mão de Obra são decorrentes de novas licitações para atender aos mesmos serviços realizados anteriormente, com valores de mercado atualizados frente aos contratos antigos.

Verificou-se um rigoroso controle nas despesas decorrente de Contratações Diretas, face às antigas recomendações da Controladoria Geral da União e plenamente acatadas pela administração da Unidade.

- Contingenciamento no exercício

Conforme mensagem circular nº 04/2011-DLOG/DPF de 02/03/2011, A DLOG/DPF alerta para o cumprimento do Decreto 7.446/11, publicado no D.O.U. de 01/03/2011, determinando aos gestores que observassem as regras estabelecidas nos Arts. 3º, 4º e 5º do referido diploma legal, que estabelecem, entre outras coisas, a necessidade de autorização ministerial para deslocamento de servidores e proibição de novas contratações, tais como: locação de imóveis; aquisição de imóveis; reformas de bens imóveis; aquisição de veículos; locação de veículos; e locação de máquinas e equipamentos.

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária

As medidas supracitadas geraram impacto na gestão desta Superintendência, contudo não impediram o desenvolvimento de Operações que demandavam despesas com diárias, assim como ampliação da capacidade administrativa.

- Outras questões relevantes

Não há.

2.4.3) Indicadores Institucionais

A atividade policial é por si só diferenciada de outros segmentos da administração pública, ganhando ainda maior singularidade à atividade no DPF. Desta forma, verifica-se uma natural dificuldade em se mensurar e estabelecer indicadores objetivos para descrever os resultados atingidos pela atividade-fim.

Percebendo esta dificuldade em criar os referidos indicadores, esta UG solicitou, por diversas oportunidades, apoio a Diretoria Logística (DLOG) do DPF, visando à implementação de indicadores de gestão. Tal procedimento visou atender a reiterada orientação da CGU no sentido de mensurar por meio de indicadores a eficácia, eficiência e efetividade das ações da unidade para alcançar os objetivos das políticas públicas, possibilitando, futuramente, um acompanhamento mais objetivo por parte da administração em relação aos trabalhos realizados.

Destaca-se ainda que além da especialização necessária para a adequada criação de indicadores, o desenvolvimento destes de forma individualizada por cada uma das UGs do DPF, aparentemente não se apresenta na decisão mais acertada, pois, seguindo a tendência da DLOG na

adoção de medidas uniformes para gestão de logística (PROJETO GESTÃO NET), a criação de indicadores, individualmente, por cada UG, tenderia a acarretar retrabalho. Infere-se ainda que a definição de indicadores com metodologia uniforme para todas as UGs possibilitaria a apuração do desempenho das mesmas, a melhoria dos processos e o acompanhamento eficiente por parte da administração, valendo-se do Benchmarking.

O DPF, até o presente momento, não apresentou os indicadores institucionais a serem empregados, tendo a demanda desta UG sido encaminhada pela DLOG ao escritório de projetos da Divisão de planejamento e projetos do DPF.

Considerando que ainda não estão disponíveis os indicadores de gestão e seguindo ainda sugestão da Diretoria supracitada, visando dar transparência ao trabalho policial executado nesta UG, optou-se em apresentar neste relatório de gestão os dados estatísticos dos IPL's relatados e Laudos Periciais realizados no ano de 2011.

Quadro XXV – Relação entre IPL's Instaurados e Relatados

IPL's relatados, instaurados e em andamento nas unidades, no período de Janeiro a Dezembro de 2011, em ordem de classificação da razão Relatados/Instaurados.

SRs	Inst.	Rel.	Rel./Inst
MA	1.079	2.172	201%
RO	991	1.717	173%
BA	2.924	4.418	151%
PR	5.560	8.355	150%
RJ	6.740	9.103	135%
ES	859	1.158	135%
MG	5.202	6.890	132%
PB	948	1.205	127%
AC	763	948	124%
RR	695	839	121%
PA	2.300	2.724	118%
GO	1.485	1.664	112%
RN	1.164	1.298	112%
AM	1.294	1.439	111%
PI	1.110	1.216	110%
AP	438	478	109%
MS	2.055	2.211	108%
TO	698	748	107%
SP	15.105	16.165	107%
PE	1.525	1.630	107%
CE	1.905	2.026	106%
RS	3.769	3.979	106%
MT	1.998	2.092	105%
DF	2.177	2.130	98%
SC	3.051	2.891	95%
AL	844	788	93%
SE	635	549	86%
TOTAL	67.314	80.833	120%

Conforme a tabela acima, a SR/RJ obteve uma razão de 135% do total de IPLs Relatados por IPL's instaurados em 2011, ficando acima da média nacional de 120%. Tal resultado se deve à expressiva quantidade de IPM's Relatados, que tinham sido instaurados em anos anteriores a 2011.

Fonte: Página da Corregedoria Geral de Polícia Federal:
<http://intranet.dpf.gov.br/coger/servicos/estatisticas/estatisticas-de-policia-judiciaria/>

Quadro XXVI - Inquéritos Instaurados, relatados e em andamento nas unidades do Rio de Janeiro, de Janeiro à Dezembro de 2011.

Estados	Unidades	IPLs		
		Inst.	Rel.	Rel./Inst.
RIO DE JANEIRO	Rio de Janeiro	3.167	5.197	164%
	Aerop. Galeão - AIN	113	68	60%
	Angra dos Reis - ARS	126	202	160%
	Campos - GOY	585	628	107%
	Macaé - MCE	315	392	124%
	Niterói - NRI	1.240	1.366	110%
	Nova Iguaçu - NIG	887	929	105%
	Volta Redonda - VRA	307	321	105%
	TOTAL	6.740	9.103	135%

Discriminação pelas unidades do Rio de Janeiro do valor de 20.178 inquéritos relatados em 2011, bem como da razão IPL's relatados/instaurados, conforme informado na tabela anterior.

Fonte: Página da Corregedoria Geral de Polícia Federal:

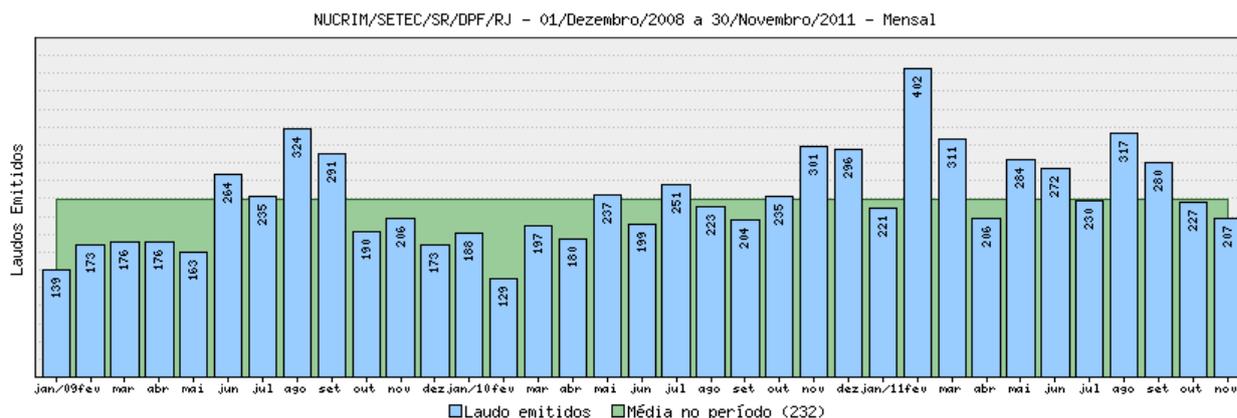
<http://intranet.dpf.gov.br/coger/servicos/estatisticas/estatisticas-de-policia-judiciaria/>

QuadroX XVII - Inquéritos anteriores à 31/12/2005 e em andamento – comparativo entre 2010 e 2011

Estados	Unidades	2010	2011	REDUÇÃO%
RIO DE JANEIRO	Rio de Janeiro	2129	929	-56,36
	Aerop. Galeão - AIN	0	0	0,00
	Angra dos Reis - ARS	0	0	0,00
	Campos - GOY	61	17	-72,13
	Macaé - MCE	19	5	-73,68
	Niterói - NRI	279	89	-68,10
	Nova Iguaçu - NIG	292	159	-45,55
	Volta Redonda - VRA	71	36	-49,30
	TOTAL	2.851	1.235	-56,68

Fonte: página da COGER/DPF: <http://intranet.dpf.gov.br/coger/servicos/estatisticas/estatisticas-de-policia-judiciaria/>

Quadro XXVIII – Laudos emitidos no período de dezembro de 2008 a novembro de 2011 - Mensal



2.4.4) Indicadores de arrecadação da UJ

Conforme dados extraídos do - SIAR, do Departamento de Polícia Federal, em 2011, no âmbito de todas as Descentralizadas (interior) e da SR/DPF/RJ (capital), foi arrecadado pela UJ o montante de R\$63.581.727,63 (sessenta e tres milhões, quinhentos e oitenta e um mil, setecentos e vinte e sete reais e sessenta e tres centavos), - contemplando arrecadação relacionada a serviços de migração e passaporte, nos serviços prestados pela Delegacia de Polícia de Imigração; na área de segurança privada prestados pela Delegacia de Segurança Privada (DELESP); e por meio dos serviços de registro, porte de armas, entre outros, realizados pelo Serviço Nacional de Armas (SENARM), - representando 14,05% (quatorze virgule zero cinco por cento) da arrecadação total do Departamento de Polícia Federal.

Por conseguinte, a partir dados extraídos do SIAFI - >CONORC, apresentados ao longo deste relatório, demonstram a execução da despesa na UG 200356 – Tesouro Nacional no montante de R\$10.896.176,34 (dez milhões, oitocentos e noventa e seis mil, cento e setenta e seis reais e trinta e quarto centavos) e na UG 200357 – FUNAPOL o montante de R\$23.781.833,04 (vinte e tres milhões, setecentos e oitenta e um mil, oitocentos e trinta e tres reais e quarto centavos), é possível inferir que a arrecadação da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro no exercício de 2011 representou quase o dobro das despesas necessárias à sua manutenção.

Desta forma, podemos também asseverar que houve elevação da demanda de serviços nas atividades de apoio das diversas Delegacias, Setores e Núcleos da Superintendência no Rio de Janeiro, e principalmente no interior do estado, sendo mantido praticamente o mesmo efetivo de servidores administrativos. Há perspectivas de realização de concurso público, avalizado pela Diretoria de Gestão de Pessoal-DGP do DPF, a fim de preencher 328 vagas para o cargo de Agente Administrativo, porém é aguardada autorização do Ministério do Planejamento.

3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não existem dados a serem apresentados, tendo em vista que as contas 21211.1100, 21212.1100, 21213.1100, 21215.2200 e 21219.2200 (seguindo orientação do TCU) não apresentaram qualquer movimentação nos Sistema Integrado de Administração Financeira no exercício de 2011, conforme consulta apurada no SIAG >CONRAZAO.

3.2) Análise Crítica

Não há.

4. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro XXIX – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores					Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados					
TESOURO – 200356					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos	Pagamentos	Saldo a Pagar em	
2009	148.654,38	16.400,00	128.709,63	3.544,75	
2010	646.276,29	24.156,08	622.120,21	0,00	
FUNAPOL – 200357					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos	Pagamentos	Saldo a Pagar em	
2009	32.555,76	31.918,78	636,98	0,00	
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	
Restos a Pagar não Processados					
TESOURO – 200356					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos	Pagamentos	Saldo a Pagar em	
2009	1.955.331,02	1.015.035,81	940.295,21	0,00	
2010	2.985.331,71	171.207,46	2.814.124,25	0,00	
FUNAPOL – 200357					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos	Pagamentos	Saldo a Pagar em	
2009	4.331.095,03	154.218,06	4.176.876,97	0,00	
2010	805.479,67	27.216,76	743.023,70	35.239,21	
Observações:					
Fonte: SIAFI					

4.2) Análise Crítica

A despesa referente ao Contrato nº 27/2008-SR/DPF/RJ, com a GLOBO ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 02.210.717/0001-93, cujo objeto é a elaboração dos projetos executivos para a construção do prédio anexo da SR/RJ, ainda encontra-se inscrito em restos a pagar não processados (empenho nº 2010NE900092 - UG200357), no valor de R\$ 35.239,21 (trinta e cinco mil, duzentos e trinta e nove reais e vinte e um centavos), em virtude de não terem sido concluídos os serviços contratados, face ao impasse gerado pela exigência da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, acerca de pagamento de CEPAC's (Certificados de Potencial Adicional de Construção), para fins de legalização da construção, bem como, das exigências impostas pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro após a mudança de comando.

Esclareçemos que todos os projetos contratados já foram entregues, faltando, tão somente, sua legalização junto aos órgãos oficiais, cujo processo encontra-se em fase final para sua definitiva aprovação, e tão logo isso ocorra, a fatura será liquidada.

5. Recursos Humanos

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro XXX – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2011			Quantidade	
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	1287	1287	Não Há	Não Há
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
1.2.2. Servidores de carreira em exercício	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
2. Servidores com Contratos Temporários	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
3. Total de Servidores (1+2)	1287	1287	-	-

Fonte: SIAPE

Quadro XXXI – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011	
Tipologias dos afastamentos	Quantidade de
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	13
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	13
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	20
3.1. De ofício, no interesse da Administração	17
3.2. A pedido, a critério da Administração	2
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar	1
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	46
4.1. Doença em pessoa da família	01
4.2. Capacitação	45
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	04
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	01
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	03
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	83

Fontes: SIAPE e SRH

Quadro XXXII – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro de 2011)				
Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	4	4	4	4
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	Não Há	Não Há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	4	4	4	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	Não há	Não Há	Não Há
1.2.2. Servidores de carreira em exercício	Não há	Não há	Não Há	Não Há
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	Não há	Não Há	Não Há
1.2.4. Sem vínculo	Não há	Não há	Não Há	Não Há
1.2.5. Aposentados	Não há	Não há	Não Há	Não Há
2. Funções gratificadas	Não há	Não há	Não Há	Não Há
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	Não há	Não Há	Não Há
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	Não Há	Não Há
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	Não há	Não Há	Não Há
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	4	4	4	4

Fonte: SIAPE e SRH

Quadro XXXIII – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2011					
Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de
1. Provimento de cargo efetivo	24	432	520	281	30
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	24	432	520	281	30

Fonte: SIAPE

Quadro XXXIV – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2011									
Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	15	29	244	993	6	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	15	29	244	993	6	-	-

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pelo Serviço de Aposentadorias e Pensões-SEAP, da Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF. Os quadros expostos adiante, sobre aposentadorias e pensões concedidas no âmbito da SR/DPF/RJ, referem-se a dados apenas ano exercício de 2011, de forma que o quantitativo (total) de servidores inativos ou de pensionistas é acompanhado pela CRH/DGP/DPF

Quadro XXXV - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro de 2011		
Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores	De Aposentadorias
1. Integral	43	05
1.1 Voluntária	42	05
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	01	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	03	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	01	-
2.3 Invalidez Permanente	02	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	46	05
Fonte: SIAPE		

Quadro XXXVI - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2011		
Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de
1. Aposentado	53	-
1.1. Integral		-
1.2. Proporcional		-
2. Em Atividade	1	-
3. Total (1+2)	54	-
Fonte: SIAPE		

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro XXXVII - Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	Não há	Não há	Não Há	Não Há	-
1.1 Área Fim	Não há	Não há	Não Há	Não Há	-
1.2 Área Meio	Não há	Não há	Não Há	Não Há	-
2. Nível Médio	Não há	Não há	Não Há	Não Há	-
2.1 Área Fim	Não há	Não há	Não Há	Não Há	-
2.2 Área Meio	Não há	Não há	Não Há	Não Há	-
3. Total (1+2)	Não há	Não há	Não Há	Não Há	-

Fonte: SIAPE e Gestão de Contratos da SR/DPF/RJ

5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos

Quadro XXXVIII - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores											Em R\$ 1,00
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios	Demais				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	Não há	Não há	Não Há	Não Há	Não há	Não há	Não Há	Não Há	Não Há	
	2010	Não há	Não há	Não Há	Não Há	Não há	Não há	Não Há	Não Há	Não Há	
	2009	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	163.185.110,76	146.659,83	8.850.669,31	25.042.181,38	5.004.588,10	1.954.350,27	3.369.923,20	-	411.496,27	207.964.979,12
	2010	164.238.601,01	145.298,55	8.792.907,64	25.970.713,46	5.059.103,77	1.038.700,16	3.602.992,94	43.393,09	474.880,72	209.366.591,34
	2009	161.666.861,43	134.783,65	7.388.302,69	26.925.219,06	2.691.701,82	701.593,70	4.244.991,05	-	428.069,65	204.181.523,05
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	Não há	Não há	Não Há	Não Há	Não há	Não há	Não Há	Não Há	Não Há	
	2010	Não há	Não há	Não Há	Não Há	Não há	Não há	Não Há	Não Há	Não Há	
	2009	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	
	2010	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	
	2009	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	Não há	Não há	Não Há	Não Há	Não há	Não há	Não Há	Não Há	Não Há	
	2010	Não há	Não há	Não Há	Não Há	Não há	Não há	Não Há	Não Há	Não Há	
	2009	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	Não há	Não há	Não Há	Não Há	Não há	Não há	Não Há	Não Há	Não Há	
	2010	Não há	Não há	Não Há	Não Há	Não há	Não há	Não Há	Não Há	Não Há	
	2009	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	
	2010	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	
	2009	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	

Fonte:

5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão.

A Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro não dispõe de contrato de terceirização de mão-de-obra abrangendo cargos e atividades do plano de cargos ou do plano especial de cargos (PECPF) do órgão.

5.5.2 - Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional, Autorizados;

5.5.3 - Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituições de Terceirizados

As informações dos sub-itens 5.5.2 e 5.5.3 constarão do Relatório de Gestão da Diretoria de Gestão de Pessoal, órgão central do Departamento de Polícia Federal.

5.5.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro XXXIX - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva														
Unidade Contratante														
Superintendência Regional de Departamento de Polícia Federal no estado do Rio de Janeiro - SR/DPF/RJ														
UG/Gestão: 200356/00001							CNPJ: 00.394.494/0035-85							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	L	O	07/2010	00.987.137/0001-81	3/5/2010	3/5/2012	94	94						P
2010	V	O	19/2010	06.141.118/0001-16	1/1/2011	31/12/2012			16	16				P
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Quadro XL - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra													
Unidade Contratante													
Superintendência Regional de Departamento de Polícia Federal no estado do Rio de Janeiro - SR/DPF/RJ													
UG/Gestão: 200356/00001							CNPJ: 00.394.494/0035-85						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	11	O	02/2006	29.212.545/0001-43	1/1/2006	31/12/2011	25	25					E
2009	1	O	09/2009	68.565.530/0001-10	1/1/2009	31/12/2012	6	6					P
*2009	14	O	11/2009	40.246.233/0001-93	1/1/2009	31/12/2012			2	2			P
2009	10	O	16/2009	06.032.912/0001-21	1/1/2009	31/12/2012			3	3			P
2009	7	O	18/2009	04.271.959/0001-12	5/5/2009	4/5/2012			44	44			P
2010	5	O	01/2010	04.825.525/0001-17	11/1/2010	10/12/2013			89	89			P
2010	1	O	07/2010	00.987.137/0001-81	3/5/2010	2/5/2012			94	94			P
**2010	14	O	08/2010	03.062.394/0001-09	7/7/2010	6/7/2012			4	4			P
2010	7	O	09/2010	03.062.394/0001-09	7/7/2010	6/7/2012			4	4			P
2010	5	O	10/2010	03.062.394/0001-09	17/7/2010	13/7/2012			42	42			P
***2010	14	O	11/2010	03.062.394/0001-09	14/7/2010	13/7/2012			12	12			P
2010	9	O	12/2010	03.062.394/0001-09	27/7/2010	26/7/2012			12	12			P
2010	7	O	18/2010	03.062.394/0001-09	1/12/2010	30/11/2012			120	120			P
2010	3	O	19/2010	06.141.118/0001-16	1/1/2011	31/1/2011			16	16			P
Observação:													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
Área: 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática;													

<ol style="list-style-type: none">6. Copeiragem;7. Recepção;8. Reprografia;9. Telecomunicações;10. Manutenção de bens móveis11. Manutenção de bens imóveis12. Brigadistas13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes14. Outras-*Veterinaria, **Assessorista, *** Mensageiro.	
--	--

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A Diretoria de Gestão de Pessoal informou que a Polícia Federal não tem indicadores gerenciais sobre recursos humanos estruturados. Foram realizadas duas pesquisas sobre clima organizacional nos anos 2007 e 2008. Existe projeto de implantação de Gestão por Competência e a criação de um sistema informatizado que dará suporte ao projeto. A partir da implantação da Gestão por Competências serão criados os indicadores Gerenciais citados.

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoal do Departamento de Polícia Federal (61) 2024.8482.

6.) Transferências

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro **não realiza** transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal

ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

7. 1) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV

Quadro XLI.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **DALVA ERNESTA ZATT**, CPF nº **290.894.500-25**, **Agente Administrativo**, exercido na **SR/DPF/RJ**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

RJ, 16 de fevereiro de 2012.

(DALVA ERNESTA ZATT)

(290.894.500-25)

(AADM/SR/DPF/RJ)

ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

8. 1) Informações sobre declarações de bens e rendas

Quadro XLII - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	58	58	58
	Entregaram a DBR	58	58	58
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

8. 2) Análise Crítica

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro vem cumprindo as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, por força de lei, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendas (DBR), são instados a fazê-lo anualmente, através da reprodução dos informativos e circulares da Secretaria de Recursos Humanos o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Adicionalmente, os servidores desta Unidade também têm autorizado o acesso das suas Declarações Anuais de Ajuste de Imposto de Renda, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por intermédio de assinatura e entrega ao SRH de Termo de Autorização de Acesso, cujo modelo de documento foi estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos do DPF, para fins de cumprimento da exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

Quanto à situação dos Recursos Humanos da UJ acrescentamos que, nos últimos 3 anos houve uma queda acentuada no quadro de recursos humanos desta SR/RJ. Somente no exercício de 2011 foram concedidas aproximadamente 50 aposentadorias, em sua maior parte de servidores policiais.

O quadro de servidores administrativos encontra-se extremamente defasado há anos, tendo em vista que os servidores mais antigos, oriundos de outros órgãos ou pertencentes à própria instituição, estão se aposentando sem que tenha ocorrido reposição. Atualmente temos 30 servidores administrativos que preencheram os requisitos para aposentadoria e permanecem em atividade. Houve apenas um concurso público, no ano de 2004, para a função administrativa e grande parte desses servidores também já deixaram o departamento por terem sido aprovados em outros concursos com remuneração melhor e melhores condições de trabalho. Um grande número de funcionários terceirizados, muitas vezes não capacitados para tal, exercem atividades que deveriam ser destinadas a servidores administrativos.

Há elevado número de servidores em Licença para Tratamento de Saúde e, muitos deles, quando retornam, o fazem com restrições recomendadas pelo serviço médico, reduzindo ainda mais

a força de trabalho, uma vez que não podem exercer na plenitude, as atividades para quais foram designados.

No início da atual administração foi desenvolvido um programa, visando planejar as concessões de licenças capacitações, com a finalidade de evitar acúmulos de afastamentos em períodos que possam comprometer o efetivo mínimo necessário para o desempenho das atividades funcionais desta unidade organizacional.

Obtivemos melhorias materiais (instalações, material, estrutural) entretanto a carência de efetivo, é sentida em todos os setores desta Superintendência Regional.

9. Sistema de Controle Interno

9.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro XLIII - Estrutura de controles internos da UJ					
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão			X		

diretamente relacionados com os objetivos de controle.					
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					
Considerações gerais:					
O DPF, por meio da Instrução Normativa nº 043/2010-DG/DPF, de 23 de dezembro de 2010, definiu os procedimentos para a instituição da Unidade de Controle Interno no âmbito das Superintendências de Polícia Federal nos Estados.					
Esta IN estabeleceu que a unidade de controle interno – UCI permaneceria subordinada ao respectivo Superintendente Regional e vinculada tecnicamente ao Assessor de Controle Interno, tendo como atribuição assessorar o dirigente da unidade descentralizada nas atividades de análise da legalidade, legitimidade e economicidade da gestão e prestação de contas aos órgãos de controle interno e externo.					
Definiu ainda que a UCI seria constituída no mínimo pelo responsável pela unidade, e preferencialmente por mais um conformista de registro da gestão e um conformista contábil, sendo que o responsável pela UCI deverá ser necessariamente servidor público de carreira.					
Na normativa ficou estabelecido ainda que a UCI será instituída e terá seus integrantes designados por ato do Diretor-Geral, após manifestação do Assessor de Controle Interno, mediante solicitação formal do Superintendente interessado.					
Quanto às atribuições da UCI, as mesmas estão estabelecidas em seu art. 4º conforme transcrito abaixo:					
“ Art. 4º. À UCI, sob demanda do Superintendente ou por detecção de necessidade, compete:					
I – acompanhar auditorias e o atendimento das demandas da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União pela sua unidade, observando o cumprimento dos prazos;					
II – analisar a legalidade, legitimidade e economicidade de atos administrativos;					
III – assistir o Superintendente Regional nos assuntos relativos ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, atuando como facilitador da relação entre sua unidade e os órgãos que compõem esses sistemas;					
IV – auxiliar a mensuração da eficácia, eficiência e efetividade das ações de sua unidade para o atingimento dos objetivos das políticas públicas traçadas para o DPF;					
V – executar as atividades afetas à organização do Relatório de Gestão, consolidação do Plano de Metas e Relatório Anual de Atividades da Superintendência, bem como, quando necessário, elaboração dos Processos de Contas e da Tomada de Contas Especial;					
VI – manter-se atualizado em relação às normas e diretrizes da Administração Pública Federal concernentes ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle					

<p>Externo, transmitindo-as e orientando os responsáveis pelo seu cumprimento;</p> <p>VII – monitorar, registrar e repassar informações para elaboração do Balanço Geral da União à unidade competente;</p> <p>VIII – executar as atividades necessárias à formulação dos Relatórios de Controle Interno por iniciativa própria ou quando demandados pelo Superintendente Regional; e</p> <p>IX – outras atribuições pertinentes, conforme determinação do Superintendente.”</p> <p>Diante da publicação da referida IN, o DPF lançou a semente de uma estrutura de controle interno dentro das UGs, contudo ainda carente de uma especificação mais detalhada sobre o trabalho a desenvolver.</p> <p>Esta SR/RJ, por exemplo, demandou por meio do Ofício nº 010/2011 - GAB/SR/DPF/RJ, de 21 de janeiro de 2011, uma série de dúvidas que ainda existem acerca da normativa, visando futuramente alcançar os objetivos propostos.</p> <p>O Diretor-Geral do DPF, nomeou, através da Portaria nº 2778/2011-DG/DPF, o Perito Federal Criminal DAELSON PEREIRA VIANA, para exercer o cargo de Responsável pela Unidade de Controle Interno da SR/DPF/RJ, fato este que representou um grande avanço nas relações administrativas desta Regional, assegurando com isso, o sucesso e a qualidade dos objetivos traçados pela Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, sanando diversos vícios gerenciais, apontados em auditorias realizadas pela CGU em exercícios anteriores, evitando, sobremaneira, a ocorrência de improbidades no âmbito desta Unidade Gestora.</p> <p>As atribuições estabelecidas no Art. 4º da IN foram desenvolvidas pelo servidor em comento, facilitando a gestão do Ordenador de Despesas/Superintendente Regional, atuando de forma independente na gestão, assessorando o SR/RJ para tomada de decisão, sugerindo cortes de despesas e medidas de economia, visando à adequação orçamentária.</p>
--

10. Sustentabilidade Ambiental

10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro XLIV - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? RESPOSTA: Critérios referentes a material de expediente e de informática.					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? RESPOSTA: Redução significativa.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					X
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? RESPOSTA: Aquisição de papel reciclado.					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Cartuchos e Toners					

9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? RESPOSTA: Através de comunicações oficiais.			X		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? RESPOSTA: Através de comunicações oficiais, plantio de arvores na Reserva Tinguá, adesão do Órgão a Campanha Carbono Zero.					X
Considerações Gerais: Não há.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. Gestão do Patrimônio Imobiliário

11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro XLV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	RIO DE JANEIRO	04	04
	Rio de Janeiro	03	03
	Avenida Rodrigues Alves, 01 - Centro	01	01
	Avenida Almirante Silvio de Noronha s/nº -	01	01
	Praça Marechal Ancora s/nº - Centro / RJ	01	01
	Nova Iguaçu	01	01
	Avenida Marechal Floriano Peixoto, 2408	01	01
Subtotal Brasil		04	04
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		04	04

Fonte: ASSESSORIA/SELOG/SR/DPF/RJ

(*) - Imóvel ocupado também pelo Ministério da Saúde

Quadro XLVI - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	RIO DE JANEIRO	17	17
	Nova Iguaçu	01	01
	Rua Iracema Soares Pereira Junqueira, 25	01	01
	Angra dos Reis	01	01
	Rua Benedito Pereira Rocha, 463	00	01
	Rua Cônegos dos Bittencourt, 108	01	00
	Niteroi	01	01
	Praça Fonseca Ramos s/nº	01	01
	Campos	02	02
	Rua Barão de Miracema, 156	01	01
	Rua Barão de Miracema, 158	01	01
	Macaé	01	01
	Rua Governador Roberto Silveira, 427	01	01
	Volta Redonda	01	01
	Avenida Sete de Setembro, 94	01	01
	Petrópolis	01	01
	Avenida Ayrton Senna, 699	01	01
	Itaguaí	01	01
	Estrada da Ilha da Madeira, Km 2,5	01	01
	Rio de Janeiro	08	08
	POSTO SHOPPING LEBLON	01	01
	POSTO SHOPPING VIA PARQUE	01	01
	POSTO RIO SUL	01	01
	POSTO AEROPORTO SANTOS DUMONT	01	01
	POSTO AEROPORTO INTER. TOM JOBIM	03	03
	POSTO PIER MAUA	01	01
Subtotal Brasil		17	17
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		17	17
Fonte: ASSESSORIA/SELOG/SR/DPF/RJ			

Quadro XLVII - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ								
UG	RIP	Reg.	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200356	5869.00030.500-	13	04(REGULAR)	290.004,84	17/12/02	290.004,84	-	-
200356	6001.02786.500-	13	04(REGULAR)	3.684.576,00	31/12/00	3.684.576,00	293.212,04	105.065,38
200356	6001.03640.500-	13	Não Consta	7.106.608,68	12/12/06	7.106.608,68	-	-
Total							293.212,04	105.065,38
Fonte: ASSESSORIA/SELOG/SR/DPF/RJ – SIAFI								

11.2) Análise Crítica sobre a gestão de immobilizados sob sua responsabilidade.

O Prédio da Av Rodrigues Alves, sede da Superintendência de Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, continuou a sofrer, no exercício de 2011, as reformas iniciadas

pelos contratos firmados a partir de 2008.

Os imóveis destinados às demais Delegacias, espalhadas pelo Estado do Rio de Janeiro, que não são de propriedade da União, possuem um estado de conservação suficiente para o seu funcionamento, contudo necessitam de modernização para melhor atender o público e garantir a segurança física dos bens, documentos e servidores.

O ordenador de despesas, Superintendente Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro, através da Assessoria de Controle Interno e do Grupo Técnico de Edificações – GTED, tem realizado reuniões e tratativas para assegurar às delegacias descentralizadas instalações em terrenos próprios, reduzindo assim as despesas com aluguéis e dependência com o poder público municipal, proporcionando melhores condições de trabalhos a seus servidores, a saber:

Com a Companhia Docas do Rio de Janeiro visando transferir a titularidade de terreno sob a responsabilidade daquela companhia para abrigar a Delegacia de Polícia Federal em Angra dos Reis, tratativas já em fase de conclusão;

Com a Superintendência do Patrimônio da União visando transferir titularidade de terreno sob a responsabilidade da SPU para abrigar a Delegacia de Polícia Federal em Volta Redonda, tratativas em fase de conclusão;

A Prefeitura de Macaé doou terreno para construção da nova sede da Delegacia de Polícia Federal naquele município, estando concluso também o projeto de arquitetura, aguardando repasse de recurso orçamentário visando à contratação de empresa para elaboração do projeto executivo.

12. Gestão de Tecnologia da Informação

12.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO XLVIII– GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA					
Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	18				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.		X			
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento	85%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e				X	
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					
1. Considerações Gerais:					
O Setor de Tecnologia da Informação - STI/SR/DPF/RJ é unidade organizacional vinculada à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, tendo circunscrição na área de Tecnologia da Informação na Sede da Superintendência Regional e nas Unidades Descentralizadas existentes no Estado do Rio de Janeiro.					
O STI/SR/DPF/RJ foi criado pela Portaria Ministerial nº 1.300, de 4 de setembro de 2003, que foi posteriormente alterada pelo Anexo da Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, do Ministro de Estado da Justiça. Tem suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria nº 1.825 de 13 de outubro de 2006 e pelo art. 144 da Constituição Federal. A Estrutura Organizacional do STI nasceu da fusão do Núcleo de Informática - NUIINF e do Núcleo de Telecomunicações – NUTEL; ocasião em que foram delegados ao Setor de Tecnologia da Informação – STI todas as responsabilidades, competências e os recursos humanos dos dois núcleos extintos.					
2. Área de Atuação					

O Setor de Tecnologia da Informação tem como principais funções: coordenar, controlar, dirigir, planejar, orientar e executar as atividades inerentes às áreas de Informática e Telecomunicações. Sua área de atuação não se restringe ao âmbito da sede da SR/DPF/RJ, estendendo-se a outras quatorze instalações do DPF no Estado: CICOR, DEPOM, postos existentes na cidade de Petrópolis, no Aeroporto Santos Dumont, Porto de Sepetiba e Porto do Rio de Janeiro, Delegacia no Aeroporto Internacional Tom Jobim, Correios e Delegacias de Polícia Federal nas cidades de Nova Iguaçu, Niterói, Volta Redonda, Campos dos Goytacazes, Angra dos Reis e Macaé.

Além de tais funções, tem o dever de avaliar periodicamente os programas, métodos e resultados das atividades de Tecnologia de Informação (TI), elaborando propostas de modernização visando às atividades-fim da Superintendência Regional.

3. Recursos Humanos em TI

Responsabilidade	Servidores		Funcionários
	Policiais	Administrativos	Terceirizados
Chefia	1 APF		
Gestão de Contratos	1 APF	1 AADM	
Gestão de Material	1 APF		
Manutenção / Informática	1 APF	1 ATE	1 Recepcionista
Manutenção / Telefonia		1 ATE	
Radio / Tetrapol		2 ATE e 2 AADM	
Secretaria		1 ATE	1 Digitador
Telefonia			4 Telefonistas
TOTAL	4	8	6

4. Relatório de Atividades no Exercício de 2011

O Setor de Tecnologia da Informação tem como principais funções: coordenar, controlar, dirigir, planejar, orientar e executar as atividades inerentes às áreas de Telecomunicações e Informática na área de circunscrição do estado do Rio de Janeiro. Considerando que além de tais funções, tem o dever de avaliar periodicamente os programas, métodos e resultados das atividades de Tecnologia de Informação (TI), elaborando propostas de modernização visando às atividades-fim da Superintendência Regional.

Considerando ainda que sua área de atuação estende-se por todo o estado do Rio de Janeiro incluindo a sede da Superintendência Regional, na capital, e as outras quatorze instalações do DPF no Estado: CICOR, DEPOM, postos existentes na cidade de Petrópolis, no Aeroporto Santos Dumont, Porto de Sepetiba e Porto do Rio, Delegacia no Aeroporto Internacional Tom Jobim, Correios e Delegacias de Polícia Federal nas cidades de Nova Iguaçu, Niterói, Volta Redonda, Campos dos Goytacazes, Angra dos Reis e Macaé.

A seguir será realizada a análise da situação dos últimos anos estabelecendo um comparativo histórico com referência às melhorias e demais alterações ocorridas:

Visando aperfeiçoar a execução das atividades de sua competência, o Setor de Tecnologia de Informação vem aprimorando o acesso às informações existentes nas descentralizadas e na SR/RJ bem como vem buscando interligar a Superintendência a outros órgãos: Tribunal Regional Federal, Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP/RJ, Subsecretaria de Inteligência - SSI/SESP, dentre outros. Especificamente em 2011 foram feitas diversas reuniões com o pessoal da SESP com o objetivo de realizar ajustes visando a melhorar a qualidade do acesso da SESP aos sistemas da Polícia Federal e do pessoal da Polícia Federal aos sistemas da SESP.

Durante o ano de 2011 devido à inexistência de contratos de manutenção dos equipamentos, o STI realizou, embora com grandes limitações: instalação e diversas manutenções corretivas e preventivas em inúmeros equipamentos de telecomunicação e informática. Para atingir suas metas, durante os últimos anos o Setor vem tentando se adequar à escassez de recursos alocados. Uma das soluções tem sido otimizar os deslocamentos das equipes reduzidas de técnicos com formação multidisciplinar às descentralizadas de forma a minimizar os problemas existentes de telefonia, informática e rádio-comunicação.

A troca de equipamentos obsoletos e a integração das redes de dados, radiocomunicação e telefonia vem sendo realizada em velocidade inferior à desejada. Desde 2007 o sistema Tetrapol e o sistema de telefonia da SR/RJ encontram-se integrados permitindo a realização de até quatro ligações simultâneas. O sistema de telefonia deverá ser integrado com a aquisição de novas CPCT.

Desde 2008 a estrutura de tecnologia da informação da sede da Superintendência Regional vem sendo adequada pelo STI à situação de gerenciamento de crises ligada à ininterrupta obra das instalações da Superintendência Regional.

Dentre os recursos utilizados, aquele que apresentou a mais considerável melhoria, foi o da infraestrutura da rede de distribuição elétrica. Neste aspecto, por longo período, o Setor enfrentou grandes dificuldades relacionadas à inadequação e ao mal dimensionamento da rede elétrica que servia não só ao STI, mas também ao restante do prédio, fato que causava constantes “picos” e via de regra interrupção dos serviços disponibilizados, além da queima de número considerável de equipamentos.

A quantidade de impressoras e computadores recebidos via PROMOTEC até 2011, como já ocorrera nos quatro anos anteriores, mostrou-se insuficiente no atendimento às necessidades mínimas de modernização dos equipamentos da área de TI no âmbito desta Superintendência Regional, exigindo aquisições com o fim de suprir duas demandas prioritárias: a primeira com relação às estações de

trabalho que apresentam alto grau de obsolescência e precisavam ser substituídas, e a segunda, com o fim de suprir a lotação de novos servidores.

As Centrais Telefônicas utilizadas na Superintendência e nas Descentralizadas encontram-se instaladas de forma precária não possuindo facilidades disponíveis ou reserva técnica que possa atender a necessidades emergenciais. A troca das centrais telefônicas e a integração das mesmas permitirá redução em cerca de 40% dos gastos atuais e aumento de 120% da capacidade instalada em telefonia. A infraestrutura de cabeamento estará sendo adequada em manutenção que foi iniciada em novembro de 2009. Com relação à aquisição das Centrais Telefônicas necessárias, estima-se ser necessário para tais aquisições cerca de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais) e em contrapartida gerarão maior disponibilidade e confiabilidade dos serviços de telecomunicações da Superintendência Regional, além de poder fazer frente ao considerável aumento de demanda de tais serviços em razão dos grandes eventos que ocorrerão no Rio de Janeiro nos próximos meses: Olimpíadas, Copa do Mundo, Rio +20.

Os valores gastos com o contrato de telefonia vem sendo reduzidos continuamente desde 2006, a despeito dos aumentos tarifários autorizados. A obtenção destes resultados está ligada a um política de controle dos gastos e de conscientização dos servidores. Todavia tal política poderá ser melhor implementada com a aquisição de novas centrais telefônicas que permitam a melhor gerência das ligações. É importante que seja informado que a redução dos gastos não está ligada a não disponibilização dos recursos de telefonia, o que em verdade vem sendo implementado é o uso racional dos recursos de telecomunicações disponíveis. Tão logo sejam adquiridas as novas centrais telefônicas os custos serão reduzidos colocado em funcionamento solução que permitirá realizar ligações do tipo VOIP – Voz sob IP - entre todas as Delegacias e a Superintendência.

Foram minimizados os problemas com referência à quantidade insuficiente de licenças de uso de softwares, através da implementação da política de uso de versões de softwares livres. Existe porém, certa dificuldade de implementação de normas rígidas de segurança da informação em virtude da obrigação de manutenção de compatibilidade entre as diversas versões de softwares.

Ainda insipiente, a política de treinamento de usuários, permitiria capacitar e atualizar os profissionais que trabalham com as atividades de TI a fazerem frente aos constantes avanços tecnológicos inerentes a esta área. Neste contexto, durante o ano de 2011, foram ministrados pelo STI treinamentos de introdução a Informática, Sistemas Corporativos do DPF, Editor de Textos e Planilha Eletrônica, para: um grupo de 30 funcionários cedidos/anistiados, para 25 recepcionistas, para um grupo de policiais da DRCOR. Tal prática visa a reduzir as dificuldades existentes por parte dos usuários desta SR e das descentralizadas que não possuem treinamento adequado, o que acaba por acarretar uma sobrecarga maior ainda no suporte prestado pela área de informática deste Setor, gerando prejuízos ao bom andamento do serviço diário. O treinamento também se faz importante para que haja uma maior conscientização dos usuários para com as normas de segurança do DPF como manipulação de (Logins e Senhas) evitando que ocorram falhas que possibilitem vazamento de arquivos contendo informações privilegiadas.

Em relação a terceirização de mão-de-obra, o STI, atendendo à determinação de que todo o desenvolvimento de sistemas deveria, de forma exclusiva, ser implementado pela CTI, conta apenas com o serviço de uma recepcionista, quatro telefonistas e um digitador; sendo também responsável por fiscalizar o contrato de prestação de serviços de TI da SR/DPF/RJ com a Milênio Assessoria Empresarial Ltda.

O STI apóia, em sua área de competência, toda a estrutura policial na sede da Superintendência Regional e Descentralizadas, tal atendimento vem sendo prestado com regularidade, mas as dificuldades existentes na Superintendência são ainda maiores em relação às demais unidades. A criação de novas Delegacias e a chegada de novos servidores acabaram por agravar ainda mais a situação. Atualmente a Superintendência possui em suas instalações uma rede de computadores de topologia semelhante a “em estrela”, onde estão ativos aproximadamente 1100 pontos lógicos de dados e 700 de voz. A interconexão da rede de dados é feita usando cabos UTPs categoria 5, trabalhando a velocidade de pelo menos 100 Mbps. Paulatinamente, com o avançar das obras de engenharia iniciadas em 2008, toda a rede possuirá estruturação e certificação, os equipamentos passarão a ser padronizados e os cabos deixarão de correr externamente às paredes em diversas partes desta SR, uma vez esta solução foi dada para atendimento emergencial e temporário. Infelizmente este caráter temporário e emergencial se perpetuou por longos anos, em detrimento da segurança dos dados e da velocidade de acesso, pontos mais seriamente prejudicados. Com relação à rede de telefonia não é diferente, com a distribuição maciça de fios metálicos de par trançado correndo externamente com quadros concentradores ultrapassados e que igualmente colocam a segurança em risco. Tais problemas estarão extintos após a conclusão das obras de modernização desta Superintendência Regional.

O STI ocupa atualmente salas dispersas em diversos pontos da Superintendência Regional, dificultando a gerência de recursos materiais, de recursos humanos e recursos técnicos. O volume de serviços tem obrigado a todo o efetivo do STI a se desdobrar em diversas frentes ao mesmo tempo: radiocomunicação, telefonia, gerência de redes, especificação de material a ser adquirido, gerência e assessoria de contratos de Tecnologia da Informação, manutenção de equipamentos, suporte a usuários, segurança de dados... gerando jornadas semanais que sempre superam em muito às quarenta horas semanais. Outra prática comum nos últimos cinco anos tem sido realizar serviços nas descentralizadas em viagens que ocupam os finais de semana de forma a atender as necessidades das descentralizadas evitando desguarnecer a Sede da Superintendência Regional nos dias úteis.

É importante lembrar que todos os computadores interligados à rede acessam os sistemas policiais e administrativos que rodam no Mainframe do DPF, localizado na CTI. Cabe ressaltar que os acessos aos sistemas da CTI, à Internet e Intranet têm-se mostrado por vezes demasiadamente lentos, o que tem obrigado este STI a tomar medidas que visam a contornar estas restrições de acesso. A CTI disponibilizou acessos via microcomputadores utilizando os serviços prestados pelo Consórcio da Oi e Brasil Telecom que não se encontram em funcionamento a contento.

5. Estratégia de Atuação / Metas da Unidade

Meta 1	Planejamento de manutenções preventivas periódicas nas áreas de informática e telecomunicações para as unidades descentralizadas
Justificativa	Manutenção preventiva nos equipamentos com o fim de reduzir a demanda por manutenções

	corretivas de equipamentos
Ações Desenvolvidas	Serão feitos cronogramas de manutenções preventivas periódicas nas áreas de informática e telecomunicações para as unidades descentralizadas
Resultados:	Serão sentidos tão logo sejam iniciadas as manutenções preventivas
Meta 2	Coleta de dados estatísticos das atividades desenvolvidas no setor nas áreas de informática e telecomunicações
Justificativa	Necessidade de apurar pontos vulneráveis na política de gestão do STI
Ações Desenvolvidas	Serão desenvolvidos sistemas de apuração de dados estatísticos nas áreas de informática e telecomunicações.
Resultados:	Serão apurados possíveis pontos vulneráveis na política de gestão do STI
Meta 3	Modernização do Parque Tecnológico de Telefonia
Justificativa	Obsolescência dos equipamentos utilizados
Ações Desenvolvidas	Aquisições de aparelhos telefônicos e de duas centrais para suprir emergencialmente carência em Descentralizada
Resultados:	Não foram obtidos resultados. Pretende-se fazer a aquisição de 7 novas centrais telefônicas para instalação nos locais a seguir relacionados: Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Macaé, Niterói, Nova Iguaçu, Volta Redonda e Superintendência Regional SR/RJ.
Meta 4	Adequação do espaço físico ocupado pelo STI com o fim de concentrar os funcionários em áreas contíguas auxiliando a gestão de material e pessoal
Justificativa	Necessidade de melhoria na gestão de pessoal e material em virtude das instalações atuais obrigarem a manutenção de material e pessoal de forma dispersa e em diversos locais diferentes.
Ações Desenvolvidas	As instalações sofreram algumas adequações reduzindo o gotejamento e a umidade existente em algumas salas, foram retirados banheiros do Setor que transformados em um banheiro externo para deficientes no quarto andar, reduzindo ainda mais o espaço do Setor
Resultados:	Não houve resultados nos anos de 2009, 2010 e 2011 serão necessárias obras de manutenção em 2012, para algumas salas usadas por funcionários e pelo depósito de material. Estes locais possuem pontos de gotejamento e umidade que podem provocar deterioração de materiais e problemas de saúde aos funcionários.
Meta 5	Aquisição de livros técnicos da área de informática e telecomunicações
Justificativa	Atualização dos servidores em relação às novas tecnologias.
Ações Desenvolvidas	Serão feitas solicitações de providências ao SELOG.
Resultados:	Serão sentidos tão logo sejam feitas as aquisições
Meta 6	Adequação de contratos de terceirização de mão-de-obra à realidade salarial do Mercado
Justificativa	Evasão e rotatividade dos técnicos de suporte.
Ações Desenvolvidas	Estão sendo tomadas providências no SELOG fim conter a evasão de técnicos de suporte via celebração de contrato com valores próximos à realidade salarial do Mercado
Resultados:	Serão sentidos nos próximos meses quando o novo contrato estiver vigendo.
Meta 7	Modernização do Parque Tecnológico de Informática
Justificativa	Obsolescência dos equipamentos utilizados
Ações Desenvolvidas	Aquisições de equipamentos com vistas a substituir os equipamentos obsoletos.
Resultados:	Foram adquiridos nos últimos 3 anos , 200 computadores e 51 switches, quando já havia sido apontada a necessidade de aquisição de pelo menos 500 computadores e outros 20 switches. Tais equipamentos a serem adquiridos visam a suprir demanda reprimida em virtude da obsolescência dos equipamentos utilizados e lotação de novos servidores nesta Unidade da Federação
Meta 8	Redução de Gastos com Serviços Prestados por Operadoras de Telefonia
Justificativa	Aplicar o princípio da economicidade com vistas a reduzir os valores gastos com serviços de operadoras de telefonia na Superintendência Regional no Rio de Janeiro
Ações Desenvolvidas	Instauração de procedimentos pertinentes.
Resultados:	Redução gradativa de cerca de 10 % dos valores gastos a cada ano, de forma que os valores gastos no ano de 2011 representam cerca de 80% dos gastos existentes em 2004, época em que o STI foi criado. Tais valores foram possíveis através de controle mais eficiente quanto a possíveis usos indevidos dos serviços telefônicos, celebração de contratos com perfis mais adequados à realidade da SR/RJ, além da redução a níveis mínimos de valores pagos a título de encargos financeiros. Há o objetivo de reduzir em mais 30% os gastos atuais com as aquisições de sete centrais privadas de comutação telefônica referenciadas na Meta 2

	anteriormente descrita
Meta 9	Aumento do intercâmbio com órgãos da Justiça, do Ministério Público, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e órgãos vinculados à Secretaria de Estado da Segurança Pública com vistas a melhoria da qualidade das atividades de Polícia Judiciária da União.
Justificativa	Intercâmbio com órgãos ligados à atividade-fim da Polícia Federal
Ações Desenvolvidas	Estreitamento no relacionamento com órgãos ligados à atividade-fim da Polícia Federal
Resultados:	Serão apuradas possíveis melhorias na qualidade dos serviços prestados pela Polícia Federal após o estreitamento destes relacionamentos.
Meta 10	Celebração de contratos de manutenção para equipamentos de informática.
Justificativa	Necessidade de melhoria aproveitamento dos recursos de informática na SR/RJ. A despeito das manutenções preventivas e corretivas realizadas pela equipe de técnicos de suporte, existem uma série de problemas em equipamentos que acabam por exigir manutenção externa, o que gera solução de descontinuidade no serviço dos usuários e muitos equipamentos inutilizados aguardando reparo
Ações Desenvolvidas	Não foi realizada qualquer ação. Deverão ser enviados esforços para preparação de Termo de Referência para a contratação do serviço em 2012
Resultados:	Não foi realizada qualquer ação. Deverão ser enviados esforços para preparação de Termo de Referência para a contratação do serviço em 2012
Meta 11	Capacitação de Servidor
Justificativa	Necessidade de uniformização de procedimentos para os usuários de recurso de tecnologia da informação na SR/RJ
Ações Desenvolvidas	Por determinação do Senhor Superintendente Regional todos os servidores que se apresentam para lotação na SR/DPF/RJ devem passar por período de capacitação no Setor de Tecnologia da Informação com vistas a conhecer os recursos disponibilizados para o melhor desempenho de suas funções, assim como para recebimento das senhas de acesso aos sistemas de informação desenvolvidos na SR/RJ e para utilização dos recursos de telefonia.
Resultados:	Foram treinados e capacitados cerca de oitenta servidores no ano de 2011. Durante o ano de 2011, foram feitas cinco viagens de servidores do STI à Brasília para cursos de capacitação na Coordenação de Tecnologia da Informação. Durante o ano de 2011 servidores do STI foram matriculados em seis cursos promovidos pelo convênio ANP/SENASP na modalidade Ensino a Distância
Meta 12	Aumento da disponibilidade e confiabilidade do uso dos recursos de tecnologia da informação.
Justificativa	Necessidade de uso cada vez maior por parte dos usuários de recurso de tecnologia da informação
Ações Desenvolvidas	Aquisição de equipamentos com maior capacidade para gerenciamento dos recursos computacionais da SR/RJ.
Resultados:	Em 2011 foi implementado aumento da disponibilidade e confiabilidade do uso dos recursos de tecnologia da informação, através do apoio da Coordenação de Tecnologia da Informação, porém os links de dados não atendem as necessidades do tempo de resposta dos sistemas disponibilizados aos usuários.

ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

13.1) Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro executou despesas por meio de suprimento de fundos, utilizando o Cartão de Pagamento do Governo Federal, observando as disposições constante nos Decretos números 5.355/2005, 6.370/2008, 93.872/1986 (artigo 47) e 3.518/2000, Instrução Normativa (IN) nº 05/1996-Secretaria do Tesouro Nacional, Portaria 90, de 24 de abril de 2009-Ministério do Planejamento, Portaria nº 95-Ministério da Fazenda, de 19 de abril de 2002, bem como a legislação adicional referente ao assunto em pauta.

Em 09 de novembro de 2009, foi expedida a Instrução Normativa nº 11/2009-Direção Geral do DPF, que alterou a IN nº 09/2008-Direção Geral do DPF, atualizando os procedimentos, consoante as Portarias (supracitadas) expedidas em 2009, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Justiça.

Assim, a nova IN nº 011/2009-DG/DPF manteve a regulamentação da concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos para o custeio das despesas decorrentes das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal – DPF, com regime especial de execução, estatuído no artigo 47 do Decreto nº 93.872/86, e das despesas previstas no art. 45 do mesmo instrumento legal, atualizando as orientações voltadas para os Ordenadores de Despesas e supridos, de forma prática e objetiva, na gestão de tais adiantamentos, visando à padronização dos procedimentos envolvidos.

Em 22 de dezembro de 2011 foi publicada no BS nº 244 a IN nº 011/2009-DG/DPF, Estabelecendo procedimentos a serem observados na concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos, destinado ao atendimento das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal, revogando a IN nº 011/2009-DG/DPF.

Nos demonstrativos a seguir apresentaremos a forma de aplicação e concessão dos créditos destinados a atender despesas emergenciais com a utilização do cartão de crédito corporativo – cartão pagamento do governo federal - CPGF

Quadro XLIX – Despesas pagas com cartão de crédito corporativo por UG e por suprido (Despesas de Pequeno Vulto)

Código da UG 1	200357	Limite da Utilização da UG			
Portador*	CPF*	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Risalvo H. Barboza	464.749.007-68	8.000,00	1.710,70	4.538,35	6.249,05
Luis Alberto	365.568.587-49	8.000,00	2.396,00	3.438,37	5.834,37
Rosane R. Albertazi	768.888.277-04	8.000,00	1.118,00	2.336,90	3.454,90
Edson Xavier da Silva	879.977.467-49	8.000,00	268,00	3.999,48	4.267,48
Risalvo H. Barboza	464.749.007-68	8.000,00	2.344,10	4.229,86	6.573,96
Rosane R. Albertaze	768.888.277-04	8.000,00	2.009,15	820,30	2.829,45
Edson Xavier da Silva	879.977.467-49	8.000,00	455,00	5.713,95	6.168,95
Domingos G. M. Filho	580.299.237-91	5.000,00	910,00	2.111,29	3.021,29
Geraldo B. Silva	725.303.087-72	8.000,00	1.335,90	3.371,43	4.707,33
Total utilizado pela UG sob Regime de Pequeno Vulto			12.546,85	30.559,93	43.106,78
Total utilizado pela UJ			12.546,85	30.559,93	43.106,78

Fonte: SIAFI – SELOG/SR/DPF/RJ

Quadro L – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (Regime Especial de Execução)

Código da UG Funapol	200357		
Regime Especial de execução		Valor Individual Concedido	Total Efetivamente aplicado
Total utilizado pela UG em 2011 sob o Regime Especial de Execução		555.400,00	324.644,28
Total utilizado pela UG em 2010 sob o Regime Especial de Execução		256.180,00	112.469,75

Fonte: SIAFI – NEOF/SELOG/SR/DPF/RJ

Quadro LI – Despesas de Pequeno Vulto Com Cartão de Crédito Corporativo – (Série Histórica)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$) (a+b)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	
2011	34	12.546,85	132	30.559,93	43.106,78
2010	182	86.800,00	56	77.513,45	164.313,45
2009	285	125.437,00	120	123.266,18	248.703,18

Fonte: SIAFI – NEOF/SELOG/SR/DPF/RJ

ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010

14.1) Não se aplica a UJ

15. Deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno

15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não ocorreram deliberações do TCU a serem atendidas no exercício de 2011.

15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não ocorreram deliberações do TCU.

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não houve recomendações do OCI atendidas no exercício

15.4) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final de 2011

17 - Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

As informações relevantes constam do corpo deste relatório, em forma de tabelas e textos explicativos.

CONCLUSÃO

O presente relatório de gestão, acima exposto, apresenta de forma sucinta as principais ações desenvolvidas no ano de 2011 e os respectivos resultados alcançados. Mesmo diante das limitações impostas pelas restrições orçamentárias e pela falta de recursos humanos, a Superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro conseguiu atingir os objetivos propostos pela administração. Tal objetivo foi obtido com o comprometimento de todos servidores e medidas administrativas que possibilitaram mitigar as limitações.

Diante do quadro que se apresenta para 2012, inclusive com a previsão de uma maior limitação orçamentária imposta pelo governo federal, o dirigente da SR/RJ espera cumprir os objetivos propostos pela administração central para o corrente ano, vencendo mais esta etapa na gestão da polícia judiciária no estado do Rio de Janeiro.

Finalmente, cabe destacar que no exercício de 2012 passaremos por pleitos eleitorais municipais, fato que constantemente vem exigindo a atuação do Departamento de Polícia Federal, ombreada aos Tribunais Regionais Eleitorais e seus respectivos cartórios, visando garantir um processo eleitoral sem máculas ou vícios, possibilitando assim o efetivo cumprimento da cidadania pelo povo brasileiro.

VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA

Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional

ANEXOS

- I. Declaração do Contador Responsável com Ressalva;
- II. Demonstrativo da Arrecadação do FUNAPOL por unidade gestora em 2011.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE



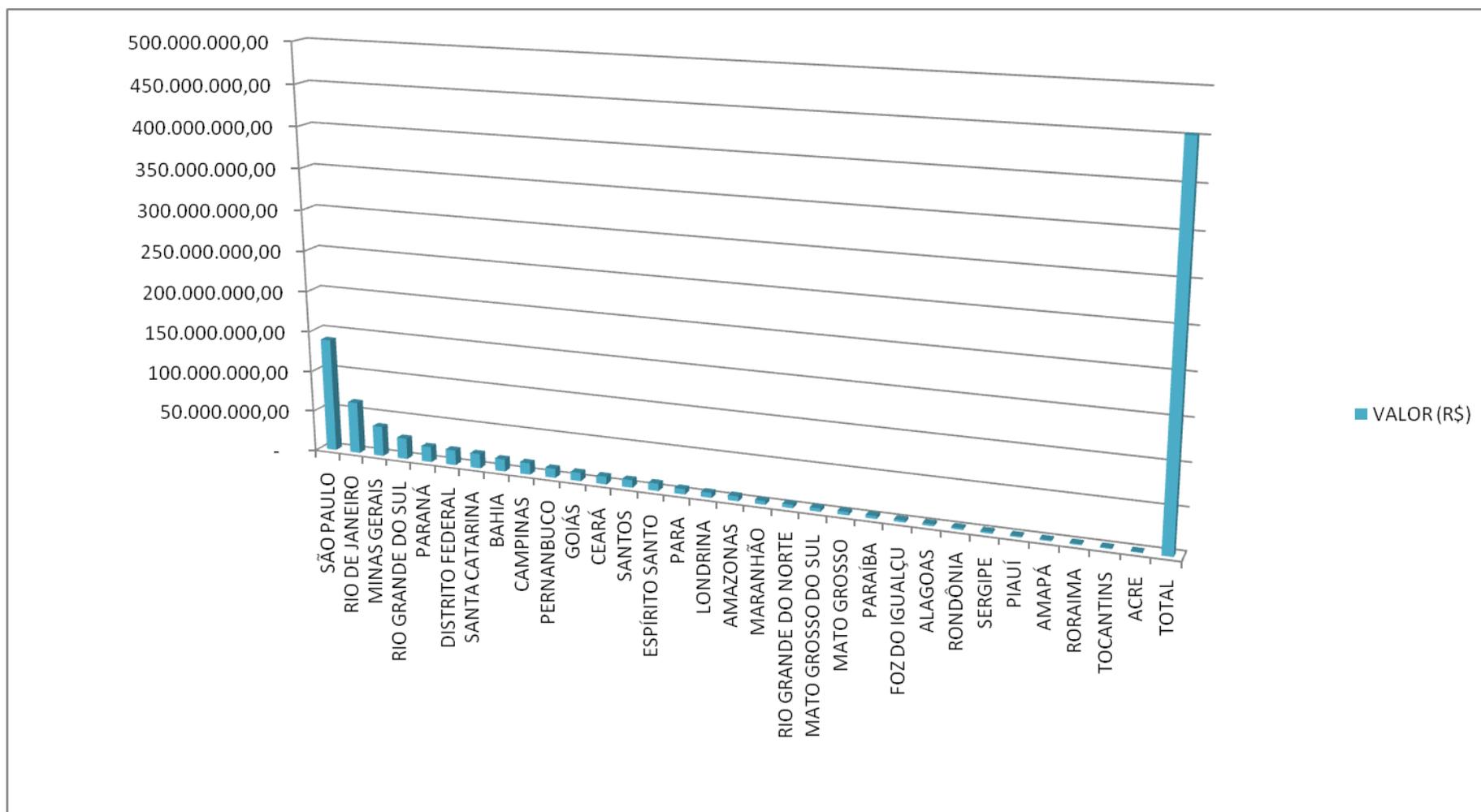
DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ): SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO RJ – SR/RJ/DPF	Código da UG: 200356 - 200357
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, em relação à UG 200356, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 13/02/2012
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SECONTRE/COF/DLOG/DPF

ARRECAÇÃO DO FUNAPOL POR UNIDADE GESTORA EM 2011		
UG	VALOR (R\$)	PERCENTUAL
ACRE	837.740,87	0,19
ALAGOAS	2.543.887,01	0,56
AMAZONAS	5.903.491,76	1,30
AMAPÁ	1.458.061,35	0,32
BAHIA	14.940.190,13	3,30
CAMPINAS	14.175.868,29	3,13
CEARÁ	9.509.123,70	2,10
DISTRITO FEDERAL	18.430.518,46	4,07
ESPÍRITO SANTO	8.969.885,63	1,98
FOZ DO IGUALÇU	2.574.478,22	0,57
GOIÁS	10.165.660,03	2,25
LONDRINA	5.937.380,66	1,31
MARANHÃO	4.302.698,15	0,95
MINAS GERAIS	36.705.299,83	8,11
MATO GROSSO DO SUL	4.082.572,73	0,90
MATO GROSSO	4.006.957,30	0,89
PARA	6.374.858,21	1,41
PARAÍBA	3.487.315,39	0,77
PERNANBUCO	11.170.915,92	2,47
PIAUÍ	1.616.176,30	0,36
PARANÁ	18.903.627,89	4,18
RIO DE JANEIRO	63.581.727,63	14,05
RIO GRANDE DO NORTE	4.139.056,96	0,91
RONDÔNIA	2.118.568,53	0,47
RORAIMA	1.365.170,65	0,30
RIO GRANDE DO SUL	25.675.235,40	5,67
SANTA CATARINA	17.720.080,05	3,92
SERGIPE	2.065.643,97	0,46
SÃO PAULO	139.177.782,16	30,76
SANTOS	9.271.969,18	2,05
TOCANTINS	1.220.314,81	0,27
TOTAL	452.432.257,17	100,00

OBSERVAÇÃO: Dados extraídos do SIAR e contemplam apenas as receitas relacionadas aos serviços de migração, segurança privada, armas e parcialmente dos aluguéis

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS DADOS DE ARRECADAÇÃO DO FUNAPOL EM 2011



ARRECAÇÃO DO FUNAPOL POR UNIDADE GESTORA EM 2011

